

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Aroldo José de Lima**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcddh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcddh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 12/2018-PGJ, DE 2 DE MAIO DE 2018.**

*Altera o § 1º do artigo 7º da Resolução nº 009/2012-PGJ, de 4.4.2012, que regulamenta o pagamento de concessão de diárias aos servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.*

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem o § 2º do artigo 7º da Resolução nº 009/2012-PGJ, e o artigo 7º, inciso VI, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Fica alterado o § 1º do artigo 7º da Resolução nº 009/2012-PGJ, de 4.4.2012, com efeitos a partir de 1º de maio de 2018, passando a constar:

“§ 1º O Valor Básico da Diária (VBD) corresponde a R\$ 156,10 (cento e cinquenta e seis reais e dez centavos).”  
(NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 25 de maio de 2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1818/2018-PGJ, DE 24.5.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho a desaverbação de 128 (cento e vinte e oito) dias de férias regulamentares, sendo 60 (sessenta) dias referentes ao período aquisitivo 1993/1994, 60 (sessenta) dias referentes ao período aquisitivo 1994/1995 e 8 (oito) dias referentes ao período aquisitivo 1989/1990, indeferidas por necessidade de serviço, averbadas em dobro conforme as Resoluções nº 332/1997-PGJ, de 19.5.1997, publicada no D.J. nº 4531, de 22.5.1997, e nº 301/1997-PGJ, de 24.4.1997, publicada no D.J. nº 4516, de 30.4.1997 (Processo PGJ/10/1304/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1819/2018-PGJ, DE 24.5.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho a desaverbação de 6 (seis) meses de licenças-prêmio por assiduidade não gozadas por necessidade de serviço, referentes aos quinquênios de 1984/1989 e 1989/1994, anteriormente averbados em dobro por meio da Resolução nº 299/1997-PGJ, de 24.4.1997, publicada no D.J. nº 4516, de 30.4.1997, para fins de aposentadoria (Processo PGJ/10/1304/2018).

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1836/2018-PGJ, DE 28.5.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 73º Promotor de Justiça de Campo Grande, Julio Bilemjiam Ribeiro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara de Falências, Recuperações, Insolvências e de Cartas Precatórias Cíveis da referida Comarca, no dia 29.5.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1839/2018-PGJ, DE 28.5.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 18º Promotor de Justiça da comarca de Campo Grande, José Arturo Iunes Bobadilla Garcia, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar nas audiências de custódia no dia 4.6.2018, nos termos do § 2º do artigo 1º da Resolução nº 033/2015-PGJ, de 16.10.2015, alterada pela Resolução nº 006/2016-PGJ, de 30.5.2016; e tornar sem efeito a Portaria nº 1816/2018-PGJ, de 24.5.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1840/2018-PGJ, DE 28.5.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 5ª Zona Eleitoral, no período de 28 a 30.5.2018, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz; e tornar sem efeito a Portaria nº 1769/2018-PGJ, de 22.5.2018, que alterou a Portaria nº 1750/2018-PGJ, de 21.5.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1843/2018-PGJ, DE 28.5.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, no período de 21 a 25.5.2018, as férias do Promotor de Justiça Douglas Silva Teixeira, concedidas por meio da Portaria nº 1452/2018-PGJ, de 25.4.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1844/2018-PGJ, DE 28.5.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Leonardo Dumont Palmerston	20, 21 e 26.4, 6 e 7.6.2015	18, 19, 20, 21 e 22.6.2018
Magno Oliveira João	11.5, 7 e 8.6 e 5.7.2014	11, 12, 13 e 14.6.2018
Paulo Henrique Mendonça de Freitas	11 e 12.11 e 16.12.2017	28, 29 e 30.5.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1845/2018-PGJ, DE 28.5.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho 3 (três) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 21.5.2018, nos termos do artigo 139, inciso III, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1846/2018-PGJ, DE 28.5.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Patrícia Almirão Padovan 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 28.5.2018, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1847/2018-PGJ, DE 28.5.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Convocar os Promotores de Justiça com atuação nas áreas criminal e da infância a participarem do “Curso de Escuta Protegida nos termos da Lei nº 13.431/17”, a ser realizado no dia 14.6.2018, a partir das 19h e no dia 15.6.2018, das 8h às 12h e 13h30min às 18h, no auditório do Tribunal de Contas do Estado, em Campo Grande/MS.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1848/2018-PGJ, DE 29.5.2018**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 1794/2018-PGJ, de 23.5.2018, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, referente aos dias 5.10 e 8.11.2014, que seria usufruída nos dias 29 e 30.5.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA****PAUTA PARA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 7 DE JUNHO DE 2018, ÀS 9 HORAS.****1. Assuntos Institucionais:****1. Processo PGJ/10/1908/2018**

Expediente: Aviso nº 03/2018/PGJ, de 22.5.2018, publicado no DOMPMS nº 1.740, de 23.5.2018.

Assunto: Eleição para Corregedor-Geral e Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, para o biênio 2018/2020.

Inscritos para Corregedor-Geral:

**Procurador de Justiça Edgar Roberto Lemos de Miranda,  
Procurador de Justiça Marcos Antonio Martins Sottoriva e  
Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti.**

Inscritos para Corregedor-Geral Substituto:

**Procurador de Justiça Antonio Siufi Neto e  
Procurador de Justiça Aroldo José de Lima.**

**CONSELHO SUPERIOR****PAUTA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 5 DE JUNHO DE 2018, ÀS 8 HORAS E 30 MINUTOS, OU NAS REUNIÕES SUBSEQUENTES.****1. Expedientes:****1.1. Expedientes encaminhados para apreciação:****1. 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Ofício nº 0034/2018/06PJ/CBA, de 3.5.2018.

**2. 72ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Ofício nº 0215/2018/72PJ/CGR, de 7.5.2018.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Anaurilândia:**

- Ofício nº 170/2018/PJ/AID, de 24.5.2018.

**4. Corregedoria-Geral do MP:**

• **Ofício nº 0396/2018/CGMP/MS**, de 8.5.2018, em atenção ao artigo 18, inciso XI e artigo 172 da Lei Complementar nº 72/94, e para conhecimento, encaminha o Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias do Aviso nº 22/CGMP/2017 e do Aviso nº 1/CGMP/2018, publicados no DOMP nº 1643, de 13.12.2017 e 1658, de 22.1.2018, para fins de apreciação pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público.

**1.2. Comunicação das promoções de arquivamento de Procedimentos Administrativos, para ciência:****1. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004532-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004533-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000046-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000499-9.

**2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000938-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001392-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001099-0.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002436-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004446-5.

**4. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 2/2014.

**5. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000827-0.
- Procedimento Administrativo nº 06.2016.00000962-0.

**6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:**

- Procedimento Administrativo nº 8/2016.

**7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Procedimento Administrativo nº 76/2015.

**8. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000571-0.

**9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000247-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001305-0.

**10. Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.000001544-4.

**11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Jardim:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000135-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002863-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000752-0.

**12. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00002231-2.

**13. 33ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000585-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002131-7.

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004281-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000358-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000798-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002920-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003682-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000604-2.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000800-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000942-8.

**14. 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000318-9.

**15. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003799-7.

**16. 44ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003658-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003473-4.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003153-7.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002889-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002743-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00004083-6.

**17. 17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001096-0.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000375-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002348-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003331-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000996-1.
- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00003055-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001786-8.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00003022-7.
- Procedimento Administrativo nº 34/2015.

**18. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001047-5.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000187-6.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000144-3.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002638-9.
- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001515-9.

**19. Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002571-3.

**20. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Chapadão do Sul:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2016.00001587-7.

**21. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Procedimento Administrativo nº 45/2014.

**22. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2015.00000978-2.

**23. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2018.00000083-7.

**24. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00002135-0.

**25. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba:**

- Procedimento Administrativo nº 09.2017.00001396-1.

**1.3. Expedientes encaminhados ao Conselho Superior para análise das prorrogações de prazo de inquéritos civis e procedimentos preparatórios:****1.3.1. CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- Inquérito Civil nº 10/2017.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.0000845-8.

**3. Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000547-2.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002046-2.

**1.3.2. CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:****1. Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000039-2.

**2. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000450-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000422-5.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001037-1.

**3. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000204-9.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001389-4.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000094-8.

**5. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000856-5.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001044-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000285-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000828-7.

**6. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001338-0.

**7. 26ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000641-6.

**8. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001260-3.

**9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillhante:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000681-6.

**10. 5ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000115-8.



**11. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000402-9.

**12. Promotoria de Justiça da comarca de Rio Negro:**

- Inquérito Civil nº 24/2014.

**13. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000512-8.

**14. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000475-8.

**15. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000132-8.

**16. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000506-1.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00000668-2.

**1.3.3. CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:****1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000078-4.

**2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000518-3.

**3. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Fátima do Sul:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000779-2.

**4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001570-4.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002221-6.

**5. 25ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000284-6.

**6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000675-0.

**1.3.4. CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brillante:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00000101-4.
- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000137-0.

**2. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000305-9.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001143-7.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00001276-2.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000825-4.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00000274-9.

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

- Inquérito Civil nº 06.2018.00001247-7.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000694-9.

**5. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001986-6.

**6. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000600-5.
- Inquérito Civil nº 6/2016.

**7. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Sidrolândia:**

- Inquérito Civil nº 25/2016.

**8. Promotoria de Justiça da comarca de Anastácio:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000530-6.

**9. 10ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000659-0.

**10. 11ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000639-0.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001300-2.

**11. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000528-3.

**12. Promotoria de Justiça da comarca de Eldorado:**

- Inquérito Civil nº 5/2015.

**13. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.0000086-6.

**14. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000623-4.

**15. 42ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.00000143-5.

**16. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000084-8.

**17. Promotoria de Justiça da comarca de Itaporã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000682-3.

**18. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000812-5.

**19. Promotoria de Justiça da comarca de Glória de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000892-5.

**1.3.5. CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:****1. 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000170-6.

**2. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000468-4.

**3. 34ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001700-2.

**4. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000317-8.
- Inquérito Civil nº 06.2017.00002148-3.

**5. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000017-7.

**6. Promotoria de Justiça da comarca de Porto Murtinho:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000823-6.

**7. 30ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.000001961-1.

**1.3.6. CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:****1. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.000000850-3.

**2. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.000001274-0.
- Inquérito Civil nº 06.2017.000001627-0.

**3. 32ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000685-6.

**1.3.7. CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:****1. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00001086-0.

**2. 31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000808-7.

**3. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Rio Brilhante:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000580-6.

**4. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00001981-1.

**5. Promotoria de Justiça da comarca de Sonora:**

- Inquérito Civil nº 06.2015.0000342-2.

**6. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000657-8.

**7. 29ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001055-3.
- Inquérito Civil nº 06.2016.00001266-9.

**8. Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000702-6.

**9. 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Nova Andradina:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000505-7.

**10. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000235-3.

**11. Promotoria de Justiça da comarca de Dois Irmãos do Buriti:**

- Inquérito Civil nº 06.2017.00000532-8.

**12. 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados:**

- Inquérito Civil nº 06.2016.00000566-8.

**13. 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Bonito:**

- Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000467-7.

**14. Promotoria de Justiça da comarca de Água Clara:**

- Inquérito Civil nº 18/2014.

**2. Ordem do dia:****2.1. Matéria Administrativa:****2.1.1. Eleição do Secretário do Conselho Superior do Ministério Público para complementar o biênio 2017/2018.****2.1.2. Julgamento de processo:****1. Processo nº PGJ/10/1979/2016**

Requerente: Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja, Promotora de Justiça.

Assunto: Licença para elaboração de trabalho final do curso de “Mestrado em Garantismo, Direitos Fundamentais e Processo Judicial, oferecido pela Universidade de Girona/Espanha, em parceria com IDH, Instituto de Direito e História”, pelo prazo de 01 mês, a contar de 13 de agosto de 2018.

**Relator Conselheiro Antonio Siufi Neto**

**2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 53/2014**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Ponta Porã/MS

Assunto: Apurar a atuação dos órgãos municipais encarregados de fiscalizar e coibir a comercialização de leite ‘*in natura*’ e leite industrializado não inspecionado pelo Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal em estabelecimentos comerciais localizados no município de Ponta Porã.

**2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIREZ SOLES RIBEIRO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000911-3**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Milena Cristina da Silva

Assunto: Apurar a prática de improbidade administrativa de servidora pública municipal do SAMU de Nova Andradina/MS.

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000926-8 -SIGILOS**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001362-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Câmara Municipal de Camapuã

Assunto: Apurar eventuais práticas de nepotismo, consistentes na nomeação de familiares do Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos e do Presidente da Câmara Municipal, todos de Camapuã, para proverem cargos nos Poderes Executivo e Legislativo.

**4. Inquérito Civil nº 06.2017.00002321-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível dano ambiental por extração e queimada de árvores em terrenos urbanos, localizados no Bairro Mendes Mourão, no Município de Coxim/MS.

### **3. Inquérito Civil nº 4/2015**

7ª Promotoria de Justiça Cível da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade em retificação de Registro Público Imobiliário.

### **4. Inquérito Civil nº 29/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Bela Vista, propriedade de João Aurélio Damião

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Bela Vista.

### **5. Inquérito Civil nº 5/2015**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldo Zamuner

Assunto: Apurar notícia de eventual degradação ambiental, provocada por prática de desmatamento de 14,4 hectares de vegetação nativa, secundária do Bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração, em propriedade rural localizada no município de Amambai.

### **6. Inquérito Civil nº 5/REM/2010**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Aparecido Giusti

Assunto: Apurar as irregularidades na conservação do solo.

### **7. Inquérito Civil nº 10/REM/2011**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sítio Santa Rita

Assunto: Apurar regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como presença de processos erosivos.

### **8. Inquérito Civil nº 62/REM/2010**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sérgio Nocera

Assunto: Apurar a construção, reforma, ampliação, instalação ou funcionamento, em qualquer parte do território nacional, de estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas, bem como a regularidade jurídico-ambiental da área de reserva legal e de preservação permanente do imóvel.

### **9. Inquérito Civil nº 61/REM/2010**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Marco

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal e de preservação permanente, bem como a presença de processos erosivos em vários pontos do imóvel e problemas com a conservação do solo.

### **10. Inquérito Civil nº 6/2014**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Japorã/MS

Assunto: Apurar irregularidades no Pregão Presencial nº 001/2013, realizado pela Administração do município de Japorã/MS.

#### **11. Inquérito Civil nº 20/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Santa Rita, propriedade de Marcos de Rezende Andrade

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Santa Rita.

#### **12. Inquérito Civil nº 17/2010**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: João Anézio Santos Viaes, fazenda Realejo

Assunto: Verificar a regularidade da reserva legal, em campo e junto ao CRI, bem como a existência de 3,28 ha de área de preservação permanente degradada, na propriedade rural denominada fazenda Realejo.

#### **13. Inquérito Civil nº 14/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Hotel Pesqueiro e Camping Lopes

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do Hotel Pesqueiro e Camping Lopes, de propriedade de José Antônio Tozzi, localizado no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização de referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

### **2.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**

#### **1. Inquérito Civil nº 86/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Rancho Santa Fé, cuja possuidora é Nájila Silva Amorim

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do Rancho Santa Fé, cuja possuidora é Nájila Silva Amorim, no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo as normas ambientais vigentes.

#### **2. Inquérito Civil nº 53/2015**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Albertino Nunes Ferreira e Joao Queiroz Baird

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em processos licitatórios e contratos administrativos, além de possíveis atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

#### **3. Inquérito Civil nº 1/2009**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nelson Arruda Fialho

Assunto: Apurar eventual omissão de averbação de reserva legal em imóvel rural e possível desmatamento sem autorização do órgão ambiental.

#### **4. Inquérito Civil nº 20/2007**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nery Siegfolf Jacobsen

Assunto: Colher a adesão do proprietário ao Projeto Touro-Tarumã: Avaliação e Recuperação, de autoria do Grupo de Estudos em Proteção à Biodiversidade - GEBIO, supervisionado pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade.

**5. Inquérito Civil nº 17/2008**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Aparecida Pinto Coimbra

Assunto: Apurar eventual conservação do solo, destinação de resíduos sólidos, inexistência/irregularidade de licença, ausência de memorial descritivo de reserva legal e degradação de APP e reserva legal a recompor na Fazenda Boa Esperança, em Ponta Porã, MS.

**6. Inquérito Civil nº 1/2011**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Controladoria-Geral da União

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades do repasse nº 0167460-86/2004 do Ministério do Turismo Implantação do Parque Aquático e Ambiental em Fátima do Sul.

**7. Inquérito Civil nº 38/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Itaiti Quinhão 02, 03 e 04, de propriedade de Ideval Calsavara Sinópolis (Projeto Rio Amambai)

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Itaiti Quinhão 02, 03 e 04.

**8. Inquérito Civil nº 50/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Betel, propriedade de Gladys Gizele da Rosa Oliveira Berno

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Betel.

**9. Inquérito Civil nº 06.2016.00001559-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerentes: Ministério Público Estadual e Odilon Almeida Godoi

Requeridos: Município de Terenos e Alberto Ferreira Lopes

Assunto: Apurar eventual utilização indevida de máquinas do Município de Terenos em serviços realizados em propriedade rural particular.

**10. Inquérito Civil nº 06.2017.00002097-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Corguinho e Nunes Golgo & Alves- Sociedade de Advogados

Assunto: Apurar eventuais prejuízos aos cofres públicos e atos de improbidade administrativa decorrentes da execução do Contrato Administrativo n. 004/2017 firmado entre o Município de Corguinho e o escritório de advocacia Nunes Golgo & Alves Sociedade de Advogados, que tem por objeto “serviços de consultoria especializada para recuperação dos pagamentos indevidos feitos à Previdência Social”.

**11. Inquérito Civil nº 06.2018.00000610-9**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual omissão na segurança pública do Município de Paranaíba

**12. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000638-6**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Loteamento Jardim das Américas

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de possíveis irregularidades no loteamento Jardim das Américas

**2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

**1. Inquérito Civil nº 3/2007**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ivo Dário Gondim Lins

Assunto: Apurar a ausência de 20% (vinte por cento) de reserva legal na fazenda Boa Esperança, matriculada sob nº 3.929 da 3ª C.R.I de Campo Grande - MS, localizada na zona rural do município de Terenos/MS.

**2. Inquérito Civil nº 193/2012**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da existência de atividades capazes de causar degradação ambiental, sem estarem devidamente licenciadas ambientalmente, em funcionamento no imóvel denominado fazenda Segredo.

**3. Inquérito Civil nº 32/2011**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Antônio Vicente Pastora, Beira Rio Hotel

Assunto: Apurar exploração de atividade hoteleira as margens do rio Aquidauana sem as devidas licenças ambientais e edição em área de preservação permanente.

**4. Inquérito Civil nº 63/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Vó Geni II, propriedade de Ronaldo Palombo Caimar

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Vó Geni II.

**5. Inquérito Civil nº 17/2016**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Sete Quedas

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ubyrajara Vendramini

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental decorrente da supressão de 22,27 hectares de vegetação do Bioma Mata Atlântica, em área de reserva legal, com uso de motosserra, sem autorização legal, na fazenda Serra Alta em Sete Quedas/MS.

**6. Inquérito Civil nº 15/2012**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: PJ Barella

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Três Marias, que margeia o Rio Amambai, localizada neste Município, como também para adoção de medidas necessárias à regularização do referido imóvel, de acordo com as normas ambientais vigentes.

**7. Inquérito Civil nº 42/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridas: Fazendas Santa Luzia e Nossa Senhora Aparecida (antigas Santa Maria e Santa Laura)

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental das fazendas Santa Luzia e Nossa Senhora Aparecida, de propriedade de Benedita Rodrigues de Carvalho Barcelos e outros, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

**8. Inquérito Civil nº 89/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Chácara Santo Antônio

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da chácara Santo Antônio, de propriedade de Antônio de Albuquerque



Ribeiro, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

#### **9. Inquérito Civil nº 12/2008**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: “Apurar eventual prática de atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário, além de violar princípios da Administração Pública, identificados no Relatório de Fiscalização nº 184 - Ministério das Cidades, relativamente aos processos licitatórios dos programas: 1) Melhoria das condições da Habitabilidade Nacional; 2) Implantação de serviços de saneamento básico em municípios com população entre 15 mil e 75 mil habitantes - Fátima do Sul; 3) Implantação, ampliação ou Melhoria de Obras de Infraestrutura urbana; e 4) Ações de Reestruturação Urbana, Interligação de áreas urbanas e de adequação de vias”.

#### **10. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001432-7**

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN

Assunto: Apurar possível irregularidade ambiental consistente em maus tratos aos cães que integram o canil da Penitenciária Estadual de Dourados/MS.

#### **11. Inquérito Civil nº 06.2018.00000199-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Polícia Militar Ambiental

Requerida: Fazenda Rancho Alegre

Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidades ambientais consistentes em suprimir área de vegetação nativa, bem como explorar espécies de árvores protegidas por lei, todas as atividades em desacordo com a autorização/licença do órgão ambiental competente, na Fazenda Rancho Alegre, situada no município de Miranda.

#### **12. Inquérito Civil nº 10/2015**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Porto Murtinho

Requerente: Vara do Trabalho da Cidade de Jardim/MS

Requerido: Município de Porto Murtinho

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na execução do contrato administrativo de prestação de serviço de vigilância patrimonial de prédio e monumentos públicos, celebrado com Dileusa Brito Esquivel - ME e Braz Vagner Ibanhez.

#### **2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000618-6**

7ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Assunto: Apurar notícia de possíveis irregularidades no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA de Ladário/MS, no que diz respeito à falta de eleição de nova diretoria do ente e a ausência de publicação de metas da aplicação dos recursos do respectivo fundo.

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2015.0000090-3**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades em praça pública.

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000119-8**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Camapuã

Assunto: Apurar eventual descumprimento por parte do Município de Camapuã de decisão proferida nos autos do

processo nº 09000020-16.2015.8.12.0006.

## **2.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**

### **1. Inquérito Civil nº 06.2016.00000496-9**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: FAPEMS - Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura

de Mato Grosso do Sul e Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID

Assunto: Apurar notícia indicativa de eventuais irregularidades, consistentes na ausência de licitação para contratação de empresa responsável pela realização de concursos públicos, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Dourados - PREVID, nos anos de 2014-2016.

### **2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000785-5 - SIGILOSO**

49ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

## **DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 15 DE MAIO DE 2018.**

### **2. Ordem do dia:**

#### **2.1. Matéria Administrativa:**

##### **2.1.1. Expediente:**

**1. Memorando nº 12/2018/1ªProc.Crim., de 20.4.2018, a Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva encaminha Tese de Doutorado intitulada: “A violência de gênero contra a mulher sob a perspectiva étnico-racial: A relevância do papel do Ministério Público”, apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 7 de fevereiro de 2018.**

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, tomou ciência da Tese de Doutorado intitulada: “A violência de gênero contra a mulher sob a perspectiva étnico-racial: A relevância do papel do Ministério Público ”apresentada pela Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva Passos à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 7 de fevereiro de 2018.***

#### **2.2. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**

##### **2.2.1. Processo com Pedido de vista:**

###### **1. Inquérito Civil nº 1/2017**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Félix Alaman

Assunto: Buscar a adoção de providências pelo proprietário do Lote 21, do Assentamento Mato Grande, zona rural, no município de Corumbá/MS, com o fito de regularizar o desmate de 10 hectares, a extração e o beneficiamento de madeira, sem autorização e/ou comunicado de aproveitamento de material lenhoso expedidos pelo órgão ambiental competente.

**Conselheira-Relatora: Jaceguara Dantas da Silva**

**Voto-vista: Corregedor-Geral do MP, Marcos Antonio Martins Sottoriva**

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AMBIENTAL – APURAR DANOS AMBIENTAIS – EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO IRREGULAR DE MADEIRA – NÃO COMPROVADA INSCRIÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL NO CAR/MS - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 29, §3º DO CÓDIGO FLORESTAL - ENUNCIADO Nº 10/2017 CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA. As medidas a serem adotadas pelo Requerido para recuperar a área desmatada em sua propriedade assim o foram. No entanto, não há comprovação de inscrição da propriedade no CAR, conforme determina o artigo 29, § 3º do Código Florestal, bem como o Enunciado nº 10/2017 do CSMP. Conversão do julgamento em diligência.

***Deliberação: à unanimidade, não homologação da promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora, com a concordância do voto-vista.***

## 2.2.2. Inquéritos Cíveis e Procedimentos:

### 2.2.2.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:

#### 1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000574-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anastácio

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aluísio Cáceres Paes

Assunto: Apurar descumprimento de jornada de trabalho por parte de servidor público municipal.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ANASTÁCIO/MS – DENÚNCIA APÓCRIFA - DESCUMPRIMENTO DE JORNADA DE TRABALHO PELO CHEFE DA CONTROLADORIA INTERNA DO MUNICÍPIO DE ANASTÁCIO - IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS - VISTORIA IN LOCO - COMPROVAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE JORNADA DE TRABALHO PELO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL INVESTIGADO - AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL - ATO ÍMPROBO NÃO CARACTERIZADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou devidamente constatado nos autos que o servidor público A.C.P, estava cumprindo regularmente o seu expediente na Subprocuradoria Municipal de Anastácio, qual seja, das 07h00 às 11h00 em atendimento aberto ao público e das 13h00 às 17h00, em expediente interno. Desse modo, não se vislumbrando outras diligências a serem adotadas pelo órgão ministerial, na defesa do patrimônio público e social, exsurge imponente a homologação da Promoção de Arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.000001308-3

50ª Promotoria de Justiça da Execução Penal da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo Grande (EPJFC)

ASSUNTO: Apurar a regularidade as circunstâncias da fuga de 3 (três) internos do Estabelecimento Penal de Segurança Máxima de Campo Grande (EPJFC), ocorrida no dia 22 de maio de 2017.

EMENTA - 50ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE/MS - FUGAS DE TRÊS DETENTOS DO PRESÍDIO DE SEGURANÇA MÁXIMA DE CAMPO GRANDE – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS PELA CORREGEDORIA-GERAL DA AGEPEN E INQUÉRITO POLICIAL PARA APURAÇÃO DE SERVIDORES ENVOLVIDOS NA FUGA - DESNECESSIDADE DE CONTINUIDADE DE INVESTIGAÇÃO PELA 50ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CAMPO GRANDE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou devidamente comprovado nos autos que foram adotadas medidas pertinentes, tanto na esfera administrativa quanto na penal, para investigar a conduta dos agentes que laboravam no dia da fuga no presídio de Segurança Máxima de Campo Grande. Com tal intento, fora instaurado o PADIC nº 31.604.610/2017 pelo EPJFC e a Sindicância Administrativa nº 31.600.950/2017 pela Corregedoria-Geral da AGEPEN. Na esfera penal, tramita investigação no 3º Distrito Policial de Campo Grande/MS, notadamente o Inquérito Policial nº 295/2017 (Autos nº 0036084-94.2017.8.12.0001. Desse modo, torna-se despicienda a continuidade das investigações pela Promotoria de origem, impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

#### 3. Procedimento Preparatório nº 06.2017.000001726-8

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Selmo Marques de Oliveira

Assunto: Apurar eventual movimentação de valores incompatíveis com a evolução patrimonial ou a renda de servidor do Tribunal de Contas do Estado.

EMENTA - INQUÉRITO CIVIL - 30ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA ATÍPICA - APURAR AQUISIÇÃO DE BEM EM VALOR INCOMPATÍVEL COM A RENDA DO REQUERIDO - SERVIDOR PÚBLICO – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – IRREGULARIDADES NÃO COMPROVADAS – MOVIMENTAÇÃO DECORRENTE DE ALIENAÇÃO DE IMÓVEL - REGULARIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O objetivo do presente Inquérito Civil foi alcançado, pois restou devidamente comprovado nos autos que o servidor público estadual S.M.O registrou movimentações bancárias atípicas, em decorrência da alienação de imóvel de sua propriedade, o qual fora devidamente atestado por prova documental e testemunhal. Logo, a apresentação dos documentos bancários e fiscais pelo requerido, que abriu mão sigilo, afastam a necessidade de outras diligências. Assim, não havendo justa causa para o

prosseguimento da presente investigação e, menos ainda, para a persecução dos fatos em juízo, tem-se que o arquivamento desse feito é medida que se impõe.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **4. Inquérito Civil nº 06.2017.000000385-2**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em decorrência de supostas informações falsas no atestado de capacidade técnica apresentado por S.H INFORMÁTICA LTDA, para fins de comprovação de qualificação técnica no pregão da SANESUL/MS.

EMENTA: 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2015/SANESUL - DOCUMENTAÇÃO IRREGULAR APRESENTADA PELA EMPRESA VENCEDORA S.H. INFORMÁTICA LTDA. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA FALSO – RECURSO ADMINISTRATIVO - EQUÍVOCO VERIFICADO - INABILITAÇÃO DA EMPRESA PELA SANESUL - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DESCARACTERIZADO - HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Restou devidamente comprovado nos autos que diante da irregularidade apresentada pela empresa S.H Informática Ltda, a qual apresentou atestado de capacidade técnica irregular, a empresa SANESUL corrigiu a irregularidade e inabilitou a empresa S.H. Informática Ltda, após impugnação de uma concorrente, sagrando-se vencedora outra empresa que não aquela que apresentou documentação irregular para habilitação ao certame. Assim, conclui-se que não houve qualquer prejuízo aos cofres públicos, já que a própria Administração Pública exerceu seu poder de autotutela a tempo de evitar qualquer prejuízo a si própria ou à concorrência, não havendo, assim, providência alguma a ser tomada no âmbito judicial ou extrajudicial, motivo pelo qual o arquivamento do presente inquérito civil é atitude a ser tomada.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2017.000000609-3**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasília

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a atual situação da Rodovia MS-395, que liga Brasília/MS a cidade de Bataguassu/MS.

EMENTA - INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BRASILÂNDIA/MS - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO PRECÁRIA DA RODOVIA MS-395 - TRECHO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE BRASILÂNDIA E BATAGUASSU - PROVIDÊNCIA ADOTADA PELO PODER PÚBLICO ESTADUAL - AGESUL - OBRAS DE RECAPEAMENTO EM FASE DE CONCLUSÃO - AUSÊNCIA DE INTERESSE LESADO NA SEARA DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - INVIABILIDADE DE INVESTIGAÇÃO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Restou evidenciado nos autos que as obras de recapeamento e reciclagem da Rodovia MS-395 foram iniciadas pela AGESUL, e, encontram-se em fase de conclusão. Porém, as obras no trecho que interligam os municípios de Brasília e Bataguassu já foram executadas, estando a malha viária investigada isenta de buracos e valas, garantindo a segurança dos motoristas. Desta maneira, não se tem interesse metaindividual a ser tutelado ou perquirido pelo órgão ministerial, insurgindo imponente a necessidade de homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **6. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001645-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Chácara Vista Alegre – Iracy Santana da Costa e Lourdes Maria Godoy

Assunto: Apurar infração ambiental decorrente da atividade de suinocultura em área de preservação permanente, contrariando as normas legais e os regulamentos pertinentes, na Chácara Vista Alegre.

EMENTA - PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COSTA RICA/MS - CHÁCARA VISTA ALEGRE - APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AO MEIO AMBIENTE - IRREGULARIDADES - SUINOCULTURA - ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para

acompanhamento de TACs celebrados no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente procedimento possui TAC celebrado entre as partes envolvidas, e, já foi instaurado o Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **7. Inquérito Civil nº 61/2014**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Splice Indústria, Comércio e Serviços Ltda.

Requeridos: Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul - Detran/MS e a Secretaria de Estado de Administração

Assunto: Apurar eventual irregularidade no procedimento licitatório da Concorrência Pública nº 001/2014, Processo nº 31/705.656/2013 do Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul - DETRAN/MS.

EMENTA – 31ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS – DETRAN/MS - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014 - AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES, DIRECIONAMENTO OU PREJUÍZO AOS LICITANTES - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DESCARACTERIZADO - HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Restou devidamente comprovado nos autos que a concorrência pública nº 001/2014 realizada pelo Detran-MS, não padeceu de irregularidades passíveis de punição no âmbito da seara administrativa. Desse modo, não houve prejuízo as empresas participantes, aquilando a existência de atos de improbidade administrativa perpetrados por agente público, sendo o arquivamento do presente procedimento medida que se impõe.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **8. Inquérito Civil nº 7/2015**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Angélica

Assunto: Apurar denúncia apócrifa de ilegalidade no pagamento de diárias a servidores da Prefeitura de Angélica/MS.

EMENTA – INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ANGÉLICA/MS – APURAR IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS – INSTAURAÇÃO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO SERVIDOR MUNICIPAL L.S.S – AUSÊNCIA DE IRREGULARIDADES NAS DIÁRIAS PERCEBIDAS PELO SERVIDORES A.G E O.P - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL – ENUNCIADO 17/2017-CSMP - HOMOLOGAÇÃO. No presente caso, a apuração de irregularidades no recebimento de diárias pelo servidor público municipal Leandro Silva Soares, resultou no ajuizamento de Ação Civil Pública de Responsabilidade por Ato de Improbidade Administrativa pela Promotoria de origem. Quanto aos demais servidores investigados, não restaram comprovadas as irregularidades denunciadas, vez que os documentos ajuizados aos autos constataram que os mesmos fizeram jus ao recebimento dos valores auferidos a título de diárias de deslocamentos. Assim sendo, impõe-se o arquivamento parcial do presente feito, nos termos do Enunciado 17/2017-CSMP.

***Deliberação: à unanimidade, promoção de arquivamento parcial, nos termos do voto do Relator.***

#### **9. Inquérito Civil nº 1/2014**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Eldorado

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade na licitação, modalidade pregão, realizada pela prefeitura Municipal de Eldorado, sagrando-se vencedora a empresa Imdico Instituto Multidisciplinar.

EMENTA – PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ELDORADO/MS – PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO - AVERIGUAÇÃO DE IRREGULARIDADES NO CERTAME LICITATÓRIO E NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PELA EMPRESA IMDICO MULTIDISCIPLINAR LTDA – SERVIÇO DE ASSESSORAMENTO E CONSULTORIA NAS ÁREAS ADMINISTRATIVAS FINANCEIRAS E CONTÁBIL PARA A PREFEITURA MUNICIPAL – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO PARA O ERÁRIO PÚBLICO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA DESCARACTERIZADO - ARQUIVAMENTO. Durante a investigação desse procedimento, não houve indicativo de irregularidades no certame ou na contratação da IMDICO MULTIDISCIPLINAR LTDA, pelo município de Eldorado, vez que restou apurado que a contratação foi realizada nos termos da Lei nº 8.666/93, bem como o serviço fora devidamente prestado àquele ente municipal. Assim, diante da

ausência de má-fé e de dano ao erário público municipal, o arquivamento do feito é medida que se impõe.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **2.2.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000044-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade nas obras realizadas na nova instalação da Polícia Militar Ambiental de Batayporã, uma vez que não houve repasse do Governo, tampouco procedimento licitatório.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NAS OBRAS DAS INSTALAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL DE BATAYPORÃ/MS - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que as obras realizadas nas instalações em questão foram realizadas com materiais doados por empresas locais, sem qualquer prejuízo ao erário e contrapartida por parte do órgão público. Nesse sentido, não se vislumbra necessidade de licitação. Assim, inexistente fundamento para o prosseguimento das investigações neste Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2017.00000849-1**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Estância Miranda (Agropecuária Ibitiguaia)

Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental da Estância Miranda, de propriedade de Ibitiguaia Agropecuária Ltda, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas necessárias medidas à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DA ESTÂNCIA MIRANDA - DANO AMBIENTAL SANADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, consoante relatórios de vistoria técnico realizada na propriedade rural Estância Miranda, não há mais qualquer dano ambiental a ser reparado. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

##### **3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001114-1**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Glória de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Glória de Dourados/MS

Assunto: Apurar eventual ocorrência de improbidade administrativa praticada em tese na administração pública municipal, concernente no uso do maquinário que realizam serviços rurais do município de Glória de Dourados, bem como o desvio de função dos servidores públicos municipais lotados na Gerência de Desenvolvimento Sustentável do município

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM USO DE MAQUINÁRIO - DESVIO DE FUNÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO - IRREGULARIDADE SANADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGADO. Depreende-se dos presentes autos, que após diligências profícuas realizadas pela Promotoria de Justiça de origem, foi sanada a irregularidade referente ao desvio de função de servidor público por parte do Município de Glória de Dourados/MS, fato comprovado por declaração do mesmo. Do mesmo modo, houve a regulamentação e regularização do Projeto PAM-Patrolha Agrícola Mecanizada. Assim, constata-se o saneamento das irregularidades inicialmente noticiadas, sem qualquer prejuízo ao erário. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

##### **4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001778-0**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerida: Vilma Martins Lima

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Alto Nível, localizado neste município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar a responsabilidade civil da requerida, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANOS AMBIENTAIS - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente procedimento. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **5. Inquérito Civil nº 06.2016.00000560-2**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual irregularidade na convocação de profissionais na área da educação física, pela Prefeitura Municipal de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES CONVOCAÇÃO PARA CARGO PÚBLICO - NÃO COMPROVAÇÃO - CASO DE HOMÔNIMOS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que o requerido não cumulou cargos na Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS e no Governo Estadual, se tratando de caso de homônimos. Dessa forma, não se vislumbra qualquer irregularidade na convocação de profissionais de educação física pela Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001771-3**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Macapá

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Macapá, em Iguatemi, e viabilizar a adoção de providências para sua reparação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR - IRRELEVÂNCIA ENUNCIADO N.º 10 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - DEIXO DE HOMOLOGAR. Depreende-se dos presentes autos a degradação de 11,90 hectares de área de reserva legal, consoante relatório de f.08, mostrando-se necessário o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para apurar a total recuperação da área degradada, nos termos do Enunciado n.º 10/2017. Desse modo, voto pela não homologação da promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para que empreenda as diligências determinadas.

***Deliberação: à unanimidade, o Conselho votou pela não homologação da promoção de arquivamento e determinou o retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para que empreenda as diligências determinadas nos termos do voto do Relator.***

#### **7. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00001610-3**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a necessidade de implantação do PROCEVE – Programa de Conciliação para Prevenir a Evasão e a Violência Escolar, visando orientar diretores, professores e pais de alunos violentos e promover o resgate da autoridade dos diretores e professores e do respeito dos alunos pelas instituições e pelo patrimônio público da cidade.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - BRIGAS ESCOLARES – OMISSÃO DO ENTE PÚBLICO – NÃO COMPROVADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que a informação de ocorrência de brigas na Escola Estadual Padre Nunes ocorreu fora das dependências escolares, não caracterizando responsabilidade da escola. Verificou-se que houve solicitação de policiamento na entrada e saída dos estudantes, bem como reunião com os responsáveis para as orientações sobre o comportamento dos alunos envolvidos. Desse modo, considerando que não restou comprovada a suposta omissão do ente público, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**8. Inquérito Civil nº 14/2011**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bodoquena/MS

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações constantes do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no PIP 004/PJII/2007, a fim de sanar as irregularidades referentes ao estado das salas de aula da escola localizada no assentamento Canaã, município de Bodoquena, uma vez que existem informações de que estão em péssimo estado de conservação, inclusive estão comprometendo a segurança dos alunos e dos professores que lá frequentam.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – MÁ CONSERVAÇÃO DE SALAS DE AULA - RISCO A SEGURANÇA DOS ALUNOS E PROFESSORES - SANEAMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO.**

Depreende-se dos autos do presente Inquérito Civil, que a Escola Municipal José Nascimento da Silva passou por reforma e posteriormente devido ao êxodo rural encerrou suas atividades. O prédio se encontra cercado e sem risco de depredação e é utilizado pela comunidade local. Na área ambiental o Município de Bodoquena/MS realizou diversos projetos de conservação e reflorestamento na APP do Córrego Seco, conforme parecer técnico não há risco ao meio ambiente, cumprindo integralmente o TAC firmado. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**9. Inquérito Civil nº 34/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda São Vicente de Paula, propriedade de Luiz Antônio Pereira de Moraes e outra

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda São Vicente de Paula.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO.** Depreende-se dos autos do presente Inquérito Civil, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**10. Inquérito Civil nº 195/2012**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia da existência de atividades capazes de causar degradação ambiental, sem estarem devidamente licenciadas ambientalmente, em funcionamento no imóvel denominado fazenda Beira Rio.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CONSTRUÇÃO DE POÇO SEM LICENÇA AMBIENTAL – ISENTOS - SANEAMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO.** Depreende-se dos autos do presente Inquérito Civil que, com supedâneo em recomendações constantes no diagnóstico emitido pela Empresa TOPOSAT Ambiental, o requerido constatou a isenção de licenciamento ambiental para a construção e utilização de poço tubular profundo existente em sua propriedade, cumprindo integralmente o TAC firmado. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**11. Inquérito Civil nº 3/REM/2010**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Tarumã

Assunto: Colher a adesão do proprietário ao proprietário Touro-Tarumã: Avaliação e recuperação, de autoria do grupo de estudos em proteção a biodiversidade - GEBIO, supervisionando pelo Ministério Público Estadual, estipulando-se as obrigações do mesmo, bem como para verificar a existência de reserva legal no imóvel de sua propriedade.

**EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – CUMPRIMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO.** Depreende-se dos presentes autos, que houve o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, bem como inexistem medidas reparatórias pendentes. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***



**12. Inquérito Civil nº 52/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Amambaí, propriedade de Odelso Malacarne

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Amambaí.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos autos do presente Inquérito Civil, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**13. Inquérito Civil nº 1/2016**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar e acompanhar a execução das ações de combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, para prevenção e enfrentamento da Dengue, *Chikungunya* e *Zika Vírus*.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DEFICIÊNCIA NO COMBATE AO MOSQUITO AEDES AEGYPTI - SANEAMENTO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos autos do presente Inquérito Civil, que o município de Amambai/MS adotou medidas com o fim de minimizar os focos do mosquito *Aedes Aegypti*. Promoveu o manejo ambiental nos bairros, procedeu com a limpeza de todos os imóveis, realizou a conscientização da população com materiais gráficos, instalou armadilhas de ovoposição, requereu auxílio perante a 2ª Promotoria de Justiça de Amambai/MS em relação a entrada em imóveis fechados e ao Exército Brasileiro para divulgação e apoio com pessoal, sanando as irregularidades inicialmente constatadas. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**14. Inquérito Civil nº 3/2015**

2ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba/MS

Assunto: Aquisição pelo município de Paranaíba de ambulâncias para atendimento de urgência e emergência pré-hospitalares, e, transporte inter-hospitalar de pacientes com quadro de maior e menor complexidade, bem como compelir o Município de Paranaíba à aquisição de ventiladores mecânicos RN (recém-nascido) para o Hospital Santa Casa de Misericórdia de Paranaíba.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – FALTA DE AQUISIÇÃO DE AMBULÂNCIAS – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos autos do presente Inquérito Civil, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente procedimento. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

**Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.**

**15. Inquérito Civil nº 51/2008**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Pouso Alegre, cujos proprietários são Joedir Reis Bezerra e Maria Lúcia Rodrigues

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental da fazenda Pouso Alegre, de propriedade de Joedir Bezerra, localizada no município de Miranda, a fim de que sejam adotadas medidas necessárias à regularização do referido imóvel de acordo com as normas ambientais vigentes.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – CUMPRIMENTO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos

autos, QUE HOUVE O CUMPRIMENTO INTEGRAL do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, bem como inexistem medidas reparatórias pendentes. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **16. Inquérito Civil nº 7/2010**

5ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Corumbá

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: A apurar

Assunto: Apuração de eventual ofensa ao patrimônio público e improbidade administrativa nos Processos Administrativos Licitatórios nº 29.594/2009, 51.856/2009 e 12.184/2009 realizados pelo Município de Corumbá, os quais tiveram como vencedora a empresa J.M NEIVA - ME.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – CONTRATO DE REPASSE – TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS FEDERAIS – NÃO INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO MUNICIPAL - NECESSIDADE DE REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO – REFERENDADO. Depreende-se dos presentes autos, que os recursos do Contrato de Repasse são oriundos de transferências voluntárias da União, não incorporados ao patrimônio municipal, o que atrai a incidência do art. 109, I, da CF, cabendo ao Parquet Federal à apuração de eventuais irregularidades. Desse modo, voto pelo referendo do presente declínio de atribuição. Determino ainda o retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que proceda a sua remessa à Procuradoria da República no Município de Corumbá/MS.

***Deliberação: à unanimidade, o Conselho referendou o declínio de atribuição do presente inquérito civil e determinou a devolução dos autos à Promotoria de Justiça de origem, especialmente para que se oficie à Procuradoria da República do município de Corumbá-MS encaminhando os autos originais do presente inquérito, nos termos do voto do Relator.***

#### **17. Inquérito Civil nº 16/2012**

Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Itaporã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Itaporã

Assunto: Apurar a precária situação do Hospital Municipal Lourival Nascimento da Silva em Itaporã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – IRREGULARIDADES NO HOSPITAL LOURIVAL NASCIMENTO DA SILVA – RETORNO PARA DILIGÊNCIAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - NÃO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos autos do presente Inquérito Civil, que não houve a comprovação do saneamento das irregularidades apontadas na representação, não prosperando os fundamentos da promoção de arquivamento em análise, baseada unicamente na narrativa do Ente Municipal. Desse modo, voto pela não homologação da promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para que se dê continuidade às investigações realizando as diligências sugeridas.

***Deliberação: à unanimidade, o Conselho não homologou a promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos autos à Promotoria de Justiça de origem para que se dê continuidade às investigações realizando as diligências sugeridas nos termos do voto do Relator.***

#### **18. Inquérito Civil nº 48/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Palmeira, propriedade de Eulálio Duré

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Palmeira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DEVIDAMENTE HOMOLOGADO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012/PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução nº 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

#### **19. Inquérito Civil nº 59/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sítio 3 de Maio, propriedade de Walter Silveira Dutra

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do Sítio 3 de Maio.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DEVIDAMENTE HOMOLOGADO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

**Deliberação:** à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

## **20. Inquérito Civil nº 45/2012**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Rancho Pindó, de propriedade de Daniel Brida

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da fazenda Rancho Pindó.

**EMENTA:** INQUÉRITO CIVIL – DANO AMBIENTAL – CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA DEVIDAMENTE HOMOLOGADO – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR SEU CUMPRIMENTO – INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

**Deliberação:** à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto do Relator.

### **2.2.2.3. RELATORA-CONSELHEIRA LENIRCE APARECIDA AVELLANEDA FURUYA:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000089-9 (SIGILOS)**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

**Deliberação:** à unanimidade, o Conselho não homologou a promoção de arquivamento e determinou a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de origem para cumprimento das diligências nos termos do voto da Relatora.

#### **2. Procedimento Preparatório nº 06.2017.00000685-0**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade na gestão de estoque de medicamentos no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS.

**EMENTA:** PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE NA GESTÃO DE ESTOQUE DE MEDICAMENTOS NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO GRANDE/MS - OBJETO ESGOTADO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não havia uma série histórica do medicamento Amoxicilina com Clavunato de Potássio para a programação de compras, pois o fármaco era novo na rede, o que levou à aquisição de quantidade superior às reais necessidades, porém quando o servidor percebeu a quantidade excessiva, conseguiu permutar uma parte dos medicamentos com o fornecedor, amenizando o prejuízo. Em que pese tenha ocorrido a perda de alguns medicamentos por prazo validade vencido, não se pode confundir meras irregularidades administrativas com as graves faltas funcionais de improbidade, sujeitas às sanções da Lei n. 8.429/92. Todo ato ímprobo é um ato ilícito, irregular, mas nem todo ilícito ou irregularidade constitui-se em ato de improbidade. Além disso, a má-fé e dolo são premissas do ato ilegal e ímprobo, ou seja, a ilegalidade só adquire o status de improbidade administrativa quando a conduta antijurídica fere os princípios constitucionais da Administração Pública, ou quando há proveito patrimonial obtido com a conduta ímproba, o que não ficou comprovado no presente procedimento, uma vez que o servidor responsável pela aquisição de medicamentos agiu com a intenção de abastecer o estoque, tendo adquirido o fármaco com base em estimativas de uso de produto similar. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

**Deliberação:** à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

**3. Inquérito Civil nº 14/2014**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social e das Fundações da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Darci Cristiano de Oliveira, Mário Alberto Kruger e o município de Rio Verde de MT/MS

Assunto: Apurar responsabilidade do Chefe do Executivo e/ou do responsável direto pela apresentação de defesa protelatória e despida de qualquer fundamento legal nos Embargos à Execução nº 0800532-48.2013.8.12.0042, em prejuízo aos cofres públicos, já que tornou a dívida pública maior, além de onerar o Município com despesas de sucumbência.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR A RESPONSABILIDADE DO CHEFE DO EXECUTIVO E/OU DO RESPONSÁVEL DIRETO PELA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PROTELATÓRIA E DESPIDA DE QUALQUER FUNDAMENTO LEGAL NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO Nº 0800532-48.2013.8.12.0042, EM PREJUÍZO AOS COFRES PÚBLICOS, JÁ QUE TORNOU A DÍVIDA PÚBLICA MAIOR, ALÉM DE ONERAR O MUNICÍPIO COM DESPESAS DE SUCUMBÊNCIA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ E DOLO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto, não restou demonstrado dolo, má-fé ou culpa grave, por parte do advogado contratado pelo município, em causar prejuízo ao erário enquanto atuou nos autos de Embargos à Execução nº 0800532-48.2013.8.12.0042, tendo o mesmo, inclusive, recorrido da decisão proferida naqueles autos perante o Tribunal de Justiça Estadual. Ademais cumpre salientar que foi determinada a suspensão do contrato celebrado entre o advogado em questão e o Município nos autos da Ação Civil Pública nº 0800199-91.2016.8.12.0042, instaurada pela Promotoria de Justiça de origem. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

**4. Inquérito Civil nº 6/2012**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Escola Geração Renovada

Assunto: Apurar improbidade administrativa consistente em eventual desvio e má aplicação da verba pública destinada à Escola Geração Renovada.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA CONSISTENTE EM EVENTUAL DESVIO E MÁ APLICAÇÃO DA VERBA PÚBLICA DESTINADA À ESCOLA GERAÇÃO RENOVADA – OBJETO ESGOTADO – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não restaram configuradas irregularidades no Convênio firmado pelo Município de Dourados com o Projeto Amor Dourados que pudessem ensejar improbidade administrativa, uma vez que não foram encontrados desvios ou má aplicação do dinheiro público no caso em tela. Ademais, cumpre salientar que as contas foram analisadas pelo Tribunal de Contas do Estado, sendo declarada como regular a prestação de contas do convênio firmado. Outrossim, não há falar em nepotismo no presente caso, tendo em vista que o parentesco relatado seria entre os funcionários da associação privada, e não entre o agente público contratante e a contratada, não incidindo, portanto, no disposto da Súmula Vinculante nº 13 do STF. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

**2.2.2.4. RELATORA-CONSELHEIRA MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000565-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público de MS

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar eventual irregularidade na transferência da equipe do NASF para local inapropriado, bem como fechamento do Posto de Saúde estratégia de Saúde família Enfermeira Walquiria.

***Retirado de pauta em razão a ausência justificada da Relatora.***

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001641-4**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: FM Gomes Petiscaria – ME e Elias Fernandes Gomes

Assunto: Apurar exercício de atividade sem licenciamento ambiental.

***Retirado de pauta em razão a ausência justificada da Relatora.***

**3. Inquérito Civil nº 06.2017.00001783-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Cornelis Petrus Eligius Huijsmans

Assunto: Apurar a situação jurídico-ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Rainha da Paz, localizado neste município, no que tange à área de reserva legal, área de preservação permanente e conservação do solo, bem como, verificar a responsabilidade civil do requerido, em razão da supressão de vegetação sem autorização ambiental.

***Retirado de pauta em razão a ausência justificada da Relatora.***

**4. Inquérito Civil nº 44/2015**

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na prorrogação dos contratos por tempo determinado de profissionais de saúde da Fundação Serviços de Saúde de Mato Grosso do Sul - FUNSAU, tendo em vista que os candidatos aprovados em cursos públicos para as respectivas vagas ainda não foram nomeados.

***Retirado de pauta em razão a ausência justificada da Relatora.***

**5. Inquérito Civil nº 1/2016**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Coxim e a Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: Apurar possível acúmulo indevido de cargos por servidor da Secretaria Municipal de Saúde e eventuais atos de improbidade administrativa daí decorrentes.

***Retirado de pauta em razão a ausência justificada da Relatora.***

**6. Inquérito Civil nº 8/2016**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de eventual aglomeração de pessoas em frente à Casa Lar Idade do Saber, localizada na Avenida Virginia Ferreira, nº 381, bairro São Judas Tadeu, nesta Cidade.

***Retirado de pauta em razão a ausência justificada da Relatora.***

**7. Inquérito Civil nº 2/2016**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: J. V. Hernandez - ME e o município de Ivinhema

Assunto: Apurar irregularidade no Processo Administrativo nº 189/2015, do Pregão Presencial nº 117/2015, realizado pelo município de Ivinhema/MS, para aquisição de materiais de expediente.

***Retirado de pauta em razão a ausência justificada da Relatora.***

**8. Inquérito Civil nº 29/2015**

16ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Laguna Carapã

Assunto: Apurar eventual descumprimento da Lei Federal nº 11.738/2008 pelo município de Laguna Carapã.

***Retirado de pauta em razão a ausência justificada da Relatora.***

**9. Inquérito Civil nº 26/2015**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Inocência

Requerentes: Ministério Público Estadual e OSCIP “Terra de Andorinhas”

Requerido: Município de Inocência/MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades ocorridas no cadastramento de projeto social de autoria da OSCIP “Terra das Andorinhas” para fins de convênio firmado entre o município de Inocência e a FUNASA.

***Retirado de pauta em razão a ausência justificada da Relatora.***

**2.2.2.5. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:****1. Inquérito Civil nº 23/2014**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Naviraí/MS

Assunto: Apurar ilegalidade em processo seletivo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES – CONTRATAÇÃO EXCEPCIONAL TEMPORÁRIA – MOTIVAÇÃO ADEQUADA – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO VERIFICADA – AUSÊNCIA DE DOLO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que embora tenha havido contratação de servidores por Processo Seletivo Simplificado, e não por concurso público, esta foi devidamente motivada e os contratos foram temporários. Superada a situação excepcional, foi realizado concurso público para a contratação de efetivos. Não configurado ato de improbidade administrativa. Promoção de arquivamento homologada.

*Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

**2. Inquérito Civil nº 24/2013**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Nova Andradina

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Nova Andradina

Assunto: Apurar ausência de monitor escolar nos meios de transporte que conduzem crianças e adolescentes com necessidades especiais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – EDUCAÇÃO – AUSÊNCIA DE MONITOR EM TRANSPORTE ESCOLAR – CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS – REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E NOMEAÇÃO DE MONITORES – PERDA DE OBJETO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que o Município realizou concurso público e nomeou monitores para acompanharem crianças com deficiência no transporte escolar municipal. Perda de objeto. Arquivamento homologado.

*Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

**3. Inquérito Civil nº 76/2009**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Luiz Augusto Dechandt Ress (Giga Byte)

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no funcionamento de *Lan Houses* nesta Cidade.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – INFÂNCIA E JUVENTUDE – APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO FUNCIONAMENTO DE LAN HOUSES – TAC FIRMADO – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que houve a celebração de TAC, com posterior instauração de Procedimento Administrativo, visando a fiscalizar o cumprimento integral do referido Termo de Ajustamento de Conduta. Arquivamento homologado.

*Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

**4. Inquérito Civil nº 25/2016**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Bonito

Assunto: Apurar eventual ofensa ao patrimônio público e social em decorrência da desativação do Centro de Especialidades Odontológicas de Bonito, bem como a legalidade da destinação dos bens e equipamentos que o aparelhava.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – DESATIVAÇÃO DE CENTRO ODONTOLÓGICO MUNICIPAL – JUSTIFICATIVA ADEQUADA – DESTINAÇÃO DA APARELHAGEM – REGULAR – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que não foram constatadas irregularidades na desativação do Centro de Especialidades Odontológicas de Bonito, tampouco na destinação de sua aparelhagem. Arquivamento homologado.

*Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.*

**5. Inquérito Civil nº 107/2014**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no contrato firmado entre a Prefeitura Municipal de Campo Grande e a Empresa WM Segurança Ltda. - ME para ocupação dos quiosques da “Cidade do Natal”, tendo como irregularidade “o contrato foi ultrapassado na cifra de R\$ 145.000,00, tendo como contrato original o valor de R\$ 150.000,00 e não possuindo amparo legal para a continuação da contratação do valor em atraso”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PATRIMÔNIO PÚBLICO – SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM CONTRATO DE EMPRESA DE SEGURANÇA – NOTAS FISCAIS E DE EMPENHO COMPROVANDO OS VALORES PAGOS PELO MUNICÍPIO – VALOR DO CONTRATO NÃO EXCEDIDO – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Verifica-se que o contrato foi precedido de processo licitatório, tendo sido comprovados pelo Município os valores pagos. Quantia que não excede o valor do contrato. Ação de cobrança ajuizada pela contratada não abate do valor total do débito as quantias já pagas pela Administração. Arquivamento homologado.

***Deliberação: à unanimidade, homologação do arquivamento, nos termos do voto da Relatora.***

**Campo Grande, 29 de maio de 2018.**

**Mara Cristiane Crisóstomo Bravo**

Procuradora de Justiça

Secretária Substituta do Conselho Superior do MP

**ESCOLA SUPERIOR****AVISO Nº 095/2018 - XX PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS**

O Presidente da Comissão do XX Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/CEAF-2017, de 03 de agosto de 2017, publicado no DOMP nº 1560, de 4 de agosto de 2017, CONVOCA o candidato aprovado, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

O candidato convocado deverá comparecer, no local, dia e horário mencionado no quadro abaixo, munido dos documentos abaixo relacionados no item 2.

**1. CANDIDATO CONVOCADO - REGIÃO DE CAMPO GRANDE**

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito - GED, situado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada à Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio, Campo Grande – MS.

**1.1 BACHARÉIS EM DIREITO NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
07.06.2018	9h30min	DÉBORAH SAYEGH MARTINS	120

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino em Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado ou Doutorado, desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas no Anexo VIII (não será aceito documento que não contenha todas essas informações);
3.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4.	Certidões de inexistência de antecedentes criminais (Que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, conforme Capítulo IX, item 15 do Edital) emitidas pela: - Justiça Federal - Justiça Estadual - Polícia Federal - Polícia Estadual
5.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
6.	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I, da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários);
7.	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
8.	Atestado de exame ABO-RH;
9.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários);
10.	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
11.	Ficha de Cadastro – Estágio não obrigatório (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)) manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
12.	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político (modelo disponível no Anexo VII do Edital de Abertura do Processo Seletivo).
13.	Diploma de Bacharel em Direito.

Campo Grande, 29 de maio de 2018.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA  
Procurador de Justiça  
Presidente da Comissão



**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO DE LICITAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 16/PGJ/2018 (Processo PGJ/10/1476/2018).

Objeto: Aquisição e instalação de materiais permanentes (persianas) na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Campo Grande/MS.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 25 de junho de 2018.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou na sede do Ministério Público Estadual - PGJ.

Designação da Pregoeira e Equipe de Apoio, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 28/5/2018:

- Pregoeira: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Equipe de Apoio: Hermes Alencar de Lima e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Suplente da Pregoeira: Emerval Carmona Gomes;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Carla Maria Bagordakis;

- Fiscalização Contratual: Departamento de Engenharia/PGJ e Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 29 de maio de 2018.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/PGJ/2018 – UASG 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 1/PGJ/2018 (Processo nº PGJ/10/1448/2018).

Objeto: Aquisição de veículos, tipo Furgão, ano de fabricação e modelo 2018/2018 ou superior, e veículo Caminhão Baú (incluindo fornecimento do baú devidamente instalado), ano de fabricação e modelo 2018/2018 ou superior.

- Abertura das propostas: dia 20 de junho de 2018, às 15 horas (horário oficial de Brasília).

- Local: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: a partir de 30 de maio de 2018 por meio do endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou ainda na sede do Ministério Público Estadual – PGJ (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS) das 09 às 12 horas e das 14 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 21/05/2018:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Equipe de Apoio: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Suplente do Pregoeiro: Emerval Carmona Gomes;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Carla Maria Bagordakis.

- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 29 de maio de 2018.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

## SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

## PORTARIA Nº 1841/2018-PGJ, DE 28.5.2018 (REPUBLICAÇÃO)

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

## R E S O L V E :

Tornar público, conforme Anexo desta Portaria, o Relatório de Gestão Fiscal da Procuradoria-Geral de Justiça, referente ao primeiro quadrimestre de 2018, nos termos da alínea “a” do inciso I do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
1º QUADRIMESTRE DE 2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	MAI/17	JUN/17	JUL/17	AGO/17	SET/17	OUT/17	NOV/17	DEZ/17	JAN/18	FEV/18	MAR/18	ABR/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.716.423,51	17.416.397,42	16.951.672,07	17.200.510,13	18.592.160,82	17.526.400,61	17.258.110,31	34.743.022,50	17.311.005,10	17.376.874,78	17.335.372,13	17.690.782,24	226.118.731,62	
Pessoal Ativo	12.842.258,99	13.552.646,68	13.093.766,46	13.277.451,56	14.502.533,64	13.597.223,26	13.329.269,98	27.050.705,21	13.441.179,61	13.499.038,17	13.435.646,45	13.784.359,14	175.406.079,19	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	10.404.697,56	11.114.546,62	10.645.603,91	10.787.912,18	11.735.469,81	11.007.882,71	10.754.063,90	21.958.360,45	10.876.856,58	10.931.481,00	10.872.932,75	11.186.756,62	142.276.564,09	
Obrigações Patronais	2.437.561,43	2.438.100,06	2.448.162,55	2.489.539,38	2.767.063,83	2.589.340,55	2.575.206,08	5.092.344,76	2.564.323,03	2.567.557,17	2.562.713,74	2.597.602,52	33.129.515,10	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.874.164,52	3.863.750,74	3.857.905,61	3.923.058,57	4.089.627,18	3.929.177,35	3.928.840,33	7.692.317,29	3.869.825,49	3.877.836,61	3.899.725,64	3.906.423,10	50.712.652,43	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.956.185,30	2.941.975,60	2.957.512,86	2.972.824,85	3.097.896,13	2.957.997,50	2.952.031,50	5.810.117,32	2.924.480,64	2.924.480,64	2.922.634,41	2.921.963,05	38.340.099,80	
Pensões	864.176,52	864.176,52	854.422,77	878.001,22	859.477,92	895.201,57	890.606,79	1.725.720,35	883.615,72	883.615,72	883.615,72	883.615,72	11.366.246,34	
Outros Benefícios Previdenciários	53.802,70	57.598,62	45.969,98	72.232,50	132.253,13	75.978,48	86.202,04	156.479,62	61.729,13	69.740,25	93.475,51	100.844,33	1.006.306,29	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	3.902.013,07	3.895.205,66	3.857.905,61	3.923.058,57	4.095.584,87	3.934.962,66	3.928.840,33	7.692.317,29	4.048.145,15	3.931.170,60	3.901.254,72	3.906.423,10	51.016.881,63	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	27.848,55	31.454,92	0,00	0,00	5.957,69	5.785,31	0,00	0,00	178.319,66	53.333,99	1.529,08	0,00	304.229,20	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.874.164,52	3.863.750,74	3.857.905,61	3.923.058,57	4.089.627,18	3.929.177,35	3.928.840,33	7.692.317,29	3.869.825,49	3.877.836,61	3.899.725,64	3.906.423,10	50.712.652,43	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	12.814.410,44	13.521.191,76	13.093.766,46	13.277.451,56	14.496.575,95	13.591.437,95	13.329.269,98	27.050.705,21	13.262.859,95	13.445.704,18	13.434.117,41	13.784.359,14	175.101.849,99	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)											10.151.299.321,78		-	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)											-		-	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)											10.151.299.321,78		-	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)											175.101.849,99		1,72%	
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)											203.025.986,44		2,00%	
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)											192.874.687,11		1,90%	
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)											182.723.387,79		1,80%	

FONTE: Sistema SPF - Sistema de Planejamento e Finanças, em 28/05/2018

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA: Deduzido o IRRF da Despesa Bruta com Pessoal em razão de Parecer do TCE/MS.

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)
2,00%	1,72%							

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Marco Aurélio de Sá Baptista  
Chefe do Deptº. de Contabilidade  
Contador CRC/MS 6688/O-2

Rosimara Bandeira V. de Almeida  
Chefe do Depto. de Auditoria Interna

Paulo Cezar dos Passos  
Procurador-Geral de Justiça

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 71/PGJ/2016.**

Processo PGJ/10/3895/2016.

Partes:

1 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do FUNDO ESPECIAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, neste ato representado pelo Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, Helton Fonseca Bernardes.

2- BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA, representado por Jorge Sukarie Neto.

Amparo Legal: Art. 65, incisos I, alínea “b”, § 1º e II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Repactuação do valor contratual, em razão de um aumento de preço médio de 15% (quinze) por cento pela fabricante Microsoft para todas as ofertas para o Governo disponíveis no programa CSP, no valor de R\$20.229,50 (vinte mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos), com efeitos a partir de 1º fevereiro de 2018; bem como o acréscimo da importância de R\$ 13.906,00 (treze mil, novecentos e seis reais) ao valor inicial do Contrato.

Valor contratual: R\$ 168.987,90.

Vigência: 16.05.2018 a 14.12.2018.

Data de assinatura: 16 de maio 2018.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/PGJ/2017 PUBLICADA NO DOMP Nº 1577 DE 30 DE AGOSTO DE 2017 (PÁGINAS 18 A 20) E REPUBLICADA NO DOMP Nº 1646 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017 (PÁGINAS 22, 23 E 24) E DOMP 1686 DE 6 DE MARÇO DE 2018 (PÁGINAS 17 E 18) - REPÚBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/PGJ/2017

DO OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de aparelhos eletrodomésticos, eletroportáteis e mobiliário (refrigerador, fogão a gás, fogão elétrico cooktop, forno micro-ondas, bebedouro, purificador, telefone fixo, telefone sem fio, ventilador de parede, ventilador de coluna, quadro mural, quadro branco, câmera digital, câmera panorâmica e máquina para café expresso), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UN.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	REFRIGERADOR, duas portas, função degelo, capacidade de armazenagem líquida total de, no mínimo, 400 litros (refrigerador + congelador), gavetão para verduras e legumes e prateleiras internas removíveis, tensão: 127 volts ou bivolt, cor branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Electrolux, Brastemp e C&S. Marca: ELECTROLUX Empresa vencedora: NACIONAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA -EPP	un.	10	1.970,00
2	FOGÃO A GÁS DOMÉSTICO, 4 queimadores: 1 grande + 3 médios; mesa em aço inox; acendimento automático, vidro duplo na porta do forno, proteção térmica traseira, isolamento no corpo do forno, parada de segurança na porta do tampão de vidro, alça do forno confeccionada em material termoplástico ou metálica, tensão: 127 volts ou bivolt, cor branca. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Electrolux, Brastemp e C&S. Marca: ELECTROLUX/MODELO: 50SBC Empresa vencedora: DELTACHIP COMERCIAL LTDA-ME	un.	10	937,50
3	FOGÃO ELÉTRICO COOKTOP, mesa vitrocerâmica, com 4 áreas de cocção (sendo dois queimadores elétricos de 1800W no mínimo e os outros dois queimadores elétricos de 1200W no mínimo), três níveis de potência, luzes	un.	5	1.480,00

	indicadoras de calor residual igual ou acima de 50° C e luz piloto que indica que o queimador está em uso, acendimento automático, tensão: 220V, cor preto. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: FISHER / 4Q Empresa vencedora: DELTACHIP COMERCIAL LTDA-ME			
4	FORNO MICRO-ONDAS, capacidade mínima 27 litros, potência mínima 900W, tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Panasonic, LG, Samsung, Philco, Electrolux, Sharp, Consul e Midea. Marca: PHILCO / PME31 Empresa vencedora: DELTACHIP COMERCIAL LTDA-ME	un.	10	590,00
5	BEBEDOURO DE GARRAFAÇÃO, tipo coluna, com as seguintes especificações técnicas: uso com garrafão de 20 litros, gabinete em aço eletrozincado ou aço inox, sem emendas, base e pingadeira em plástico, conexões hidráulicas internas em material atóxico, torneiras em plástico ABS, uma para água natural e outra para água gelada, termostato com regulação de temperatura externa, serpentina localizada na parte externa do reservatório, capacidade de resfriamento mínima 2,8 L/h, dimensões mínimas 950cm x 26cm x 35cm (AxLxP). Tensão: 127 volts ou bivolt. Marcas de referência: Libel, IBBL, Masterfrio e Hiza. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: HIZA Empresa vencedora: CAPILÉ COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA.-EPP	un.	60	538,00
6	APARELHO TELEFÔNICO, teclado decádico e multifrequencial, cinco funções: teclas MUTE, MODE, FLASH, PAUSE e LND, dois níveis de campainha, compatível com centrais de PABX, com tempo de flash programado de fábrica 300ms, cor pérola ou branco. Marcas de Referência: Intelbrás, HDL Legrand e Siemens. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca: INTELBRÁS Empresa vencedora: DICOM COMERCIAL LTDA-ME	un.	150	50,00
7	CÂMERA DIGITAL com resolução mínima 16.1 Megapixels, zoom Óptico de no mínimo 10x; Zoom Digital de no mínimo 40x; sensibilidade ISO 3200; LCD TFT de no mínimo 3" (polegadas); flash embutido; memória interna de no mínimo 20MB; slot para cartão de memória compatível com no mínimo os seguintes padrões: Memory Stick Duo, Memory Stick PRO Duo, Cartão de Memória SD, Cartão de Memória SDHC e Cartão de Memória SDXC; flash com alcance de distância de no mínimo 0,5m a 3,0m; Capacidade de Gravação de Vídeos com resolução HD (1280 x 720); microfone embutido; recurso de detecção automática da face; recurso de Slide Show; recurso de redução de olhos vermelhos. Opção de menu no idioma Português. Acessórios: bateria recarregável, carregador de bateria, cabo de alimentação, cabo USB, cartão de memória de no mínimo 8GB, manual em português e bolsa para transporte. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	un.	10	Não registrou
8	CÂMERA DIGITAL, resolução de no mínimo 24 Megapixels, sensibilidade: ISO de 100 a 12.800, expansível a 25.600, resolução de vídeo 1080p (Full HD) visor medindo 3" (polegadas) no mínimo na diagonal, mídia de armazenamento SD, SDHC, SDXC, com GPS integrado. Acessórios: bateria recarregável, carregador, lente, protetor de lente, cabo USB, cabo de áudio e vídeo, alça para pescoço, manual em português, cartão de memória de no mínimo 4GB, bolsa para transporte, CD de instalação. Garantia de no mínimo 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: NIKON Empresa vencedora: NACIONAL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA -EPP	un.	10	2.999,90
9	VENTILADOR OSCILANTE DE PAREDE, tipo comercial/industrial, motor ¼ HP, potência 180 a 220 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável em 4 (quatro) posições no mínimo ou controle eletrônico, carcaça motor em aço ou plástico, tensão: 127 ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid. Marca: VENTISOL Empresa vencedora: DICOM COMERCIAL LTDA-ME	un.	5	168,00
10	VENTILADOR DE COLUNA tipo comercial/industrial, potência 150 Watts, rotação 1300 a 1500RPM, diâmetro de grade entre 60 e 70 cm, hélice com 3 (três) pás em aço ou plástico injetado, grade removível, ajuste de inclinação, velocidade variável com no mínimo 3 (três) posições no mínimo, carcaça do motor em aço ou plástico, tensão: 127 Volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Venti Delta, Ventisol, Arge e Lorensid. Marca: VENTISOL Empresa vencedora: DICOM COMERCIAL LTDA-ME	un.	6	200,00

11	PURIFICADOR DE ÁGUA NATURAL E GELADA, com as seguintes especificações técnicas: água gelada e natural; filtro de carvão ativado, potência mínima: 100 Watts, suporte para copo; filtro com durabilidade mínima de 6 meses; reservatório de refrigeração: 2 litros de água no mínimo; termostato com regulagem de temperatura de água; sistema de refrigeração por compressor; kit de instalação para fixação em parede; torneiras ou botões de acionamento frontais (água natural e gelada), cor branca ou prata; tensão: 127 volts ou bivolt. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marcas de referência: Libel, IBBL e Masterfrio. Marca: MASTERFRIO MASTER FLEX – BRANCO Empresa vencedora: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	un.	10	560,00
12	Aparelho Telefônico sem fio, com identificador de chamadas, com as seguintes características técnicas: frequência de alcance mínima: 1.9 Ghz; tecnologia DECT; discagem rápida para 10 números ou superior; LED no fone para sinalização; com 5 (cinco) opções de volume no mínimo; flash programável; localizador de fone; aviso sonoro e visual de “fora de alcance” e sonoro de “bateria baixa”; bateria com capacidade de duração de 96 horas em modo repouso e 9 horas em uso contínuo ou superior; identificador de chamadas; modos de discagem: pulso e tom. Funções: flash, mute, rediscar. Tensão 127 ou bivolt. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: INTELBRÁS Empresa vencedora: DICOM COMERCIAL LTDA-ME	un.	70	105,00
13	Quadro mural em madeira aglomerada, revestido em feltro verde, moldura em alumínio, com fixador de parede, medindo 0,90m x 1,20m (AxL).Marca: CORTIARTE Empresa vencedora: DICOM COMERCIAL LTDA-ME	un.	10	138,90
14	Quadro branco não magnético, tela em laminado melamínico branco, moldura em alumínio, suporte na parte frontal inferior para apagador, ganchos na parte superior para fixação na parede, medindo 0,90m x 1,20m (AxL).Marca: SOUZA Empresa vencedora: CAPILÉ COMÉRCIO E TECNOLOGIA LTDA.-EPP	un.	10	155,00
15	Câmera panorâmica (180 graus) para vídeo conferência, com base, conforme as seguintes características técnicas: inclinação e zoom motorizados; viva voz integrado omnidirecional. Áudio: microfone de captação omnidirecional; captação de raio de 8 pés ou superior; frequência do microfone: 200Hz - 8KHz ou superior; Nível de saída: 80dB, 1 ft (0.30 metros) ou superior. Vídeo: Full HD 1080p ou superior; 30fps ou superior; Campo de Visão de 78 graus ou superior. Adaptador AC e USB 2.0. Controle remoto. A câmera deverá ser compatível com Windows 7 e 8 e com Mac OSX10.6 ou superior. Manual de instruções em português. Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação. Marca: LOGITECH Empresa vencedora: COMERCIAL S.B.S. LTDA.-EPP	un.	70	1.841,90
16	Máquina para café expresso, média tiragem, voltagem: 220V; potência mínima: 1250W; pressão: 15 Bar; reservatório de água para no mínimo 1,7 litros; reservatório de grãos com capacidade aproximada de 300g; haste para cappuccino e bebidas quentes, moedor regulável. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	un.	10	Não registrou

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

DATA DE ASSINATURA: 28 de agosto de 2017.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/PGJ/2017 PUBLICADA NO DOMP Nº 1577 DE 30 DE AGOSTO DE 2017 (PÁGINAS 17 E 18) E REPUBLICADA NO DOMP Nº 1646 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017 (PÁGINA 24) E DOMP Nº 1686 DE 6 DE MARÇO DE 2018 (PÁGINA 16) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/PGJ/2017 - ANEXO II

DO OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de equipamento scanner, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	<p>Scanner, com as seguintes características técnicas: compatível com os Sistemas Operacionais Windows XP (32-bit / 64-bit), Windows Server 2008 (32-bit / 64-bit), Windows 7 (32-bit / 64-bit), Windows Server 2012 (32-bit / 64-bit) e Windows 8 (32-bit / 64-bit) e Linux; Alimentador automático de documentos com capacidade para 50 folhas ou superior; Tipo de digitalização: simplex e duplex (frente e verso numa única passagem); Sensor de Imagem: CCD Colorido; Detecção de alimentação múltipla; Tamanho do documento: deverá suportar documentos no tamanho 216 x 355 mm ou superior no alimentador automático; Velocidade de digitalização de 60 páginas por minuto ou superior no formato simplex e de 100 páginas por minuto ou superior no formato duplex. Volume diário para 4.000 folhas ou superior; Resolução ótica mínima: 600 X 600 dpi; Softwares necessários inclusos de reconhecimento de caracteres (OCR), em português e com suporte integral para língua portuguesa (reconhecimento de caracteres especiais como ç, ã, õ, etc.); Software de tratamento de imagens com funções básicas (ajuste de tonalidades, brilho, contraste, etc.). O software deve gerar imagens do tipo TIFF, JPEG, RTF e PDF, sendo este último pesquisável.</p> <p>Todos compatíveis com o Windows XP ou Superior. O OCR deve reconhecer textos sobrescritos, subscritos e letras maiúsculas; Os resultados do reconhecimento podem ser enviados para outro aplicativo (por exemplo, MS WORD, MS EXCEL) sem salvá-los no disco, ou salvos nos formatos TXT, DOC, XLS, RTF e HTML (incluindo a utilização de CSS - Cascading Style Sheets); Suporte drive TWAIN e ISIS; Opção de interface USB 2.0 ou superior, com cabos inclusos; Tensão de alimentação automática de 110/220V AC. Acessórios que devem acompanhar o produto: Bandeja de entrada; Cabo de força; Cabo USB; DVD-ROM de instalação; Fonte de alimentação, manuais e documentação, em português ou inglês. Garantia mínima de 12 (doze) meses do tipo "on-site".</p> <p>Marca: FUJITSU FI-7160</p> <p>Empresa vencedora: DELTACHIP COMERCIAL LTDA - ME</p>	un.	6	4.068,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

DATA DE ASSINATURA: 28 de agosto de 2017.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/PGJ/2017, PUBLICADA NO DOMP Nº 1577 DE 31 DE AGOSTO DE 2017 (PÁGINAS 40 E 41) E REPUBLICADA NO DOMP Nº 1646 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017 (PÁGINA 25) E DOMP Nº 1686 DE 6 DE MARÇO DE 2018 (PÁGINAS 15 E 16) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/PGJ/2017

DO OBJETO: Registro de preços unitários, para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bules, chaleiras, copos descartáveis, leiteiras e xícaras) ofertados pela(s) empresa(s) adiante identificada(s), conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Bule de aço inox, com fundo plano, diâmetro maior que 12cm e menor que 26cm, capacidade de 2 a 3 litros, para ser utilizado em fogão elétrico. Marca: ART INOX. Fornecedora: NACIONAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.-EPP	un.	10	159,00
2	Chaleira de aço inox, com tampa, com fundo plano, diâmetro maior que 12cm e menor que 26cm, capacidade de 2 litros, para ser utilizado em fogão elétrico. Marca: ART INOX. Fornecedora: NACIONAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.-EPP	un.	10	59,42
3	Chaleira de aço inox, com tampa, com fundo plano, diâmetro maior que 12cm e menor que 26cm, capacidade de 4,8 litros, para ser utilizado em fogão elétrico. Marca: ART INOX. Fornecedora: NACIONAL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.-EPP	un.	10	169,00
4	Copo descartável confeccionado com resina termoplástica branca ou translúcida (poliestireno atóxico), com capacidade de 50ml, embalagem com 100 unidades. Os copos devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externamente. O copo deve trazer gravado em relevo, com caracteres visíveis e de forma indelével, a marca ou identificação do fabricante, a capacidade e o símbolo de identificação de material para reciclagem. Acondicionado conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Deverá atender as condições gerais da NBR 14865 e NBR 13230 da ABNT. Marcas de referência: Copaza, Copobrás, Minasplast e Zanatta. Marca: MINASPLAST Fornecedora: COMERCIAL T & C LTDA - EPP	emb.	1500	1,10
5	Copo descartável, confeccionado com resina termoplástica branca ou translúcida (poliestireno atóxico), capacidade mínima de 180ml, embalagem com 100 unidades. Os copos devem ser homogêneos, isentos de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas ou rebarbas, não devem apresentar sujidade interna ou externamente, material de poliestireno atóxico. O copo deve trazer gravado em relevo, com caracteres visíveis e de forma indelével, a marca ou identificação do fabricante, a capacidade e o símbolo de identificação de material para reciclagem. Acondicionado conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Deverá atender as condições gerais da NBR 14865 e NBR 13230 da ABNT. Marcas de referência: Copaza, Copobrás, Minasplast e Zanatta. Marca: MINASPLAST. Fornecedora: COMERCIAL T & C LTDA - EPP	emb.	5000	2,22
6	Leiteira de aço inox, com fundo plano, diâmetro maior que 12cm e menor que 26cm, capacidade de 2 litros, para ser utilizado em fogão elétrico. Marca: ZANELA. Fornecedora: EFICAZ LOGISTICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS EIRELI -ME	un.	10	97,50

7	Leiteira de aço inox, com fundo plano, diâmetro maior que 12cm e menor que 26cm, capacidade de 3 litros, para ser utilizado em fogão elétrico. Marca: ZANELA. Fornecedora: EFICAZ LOGISTICA COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTAVEIS EIRELI -ME	un.	10	295,00
8	Xícara para café, com pires, ambos em porcelana branca, capacidade mínima de 60ml. Marcas de referência: Brinox, Schimdt e Germer. Marca: SCHIMDT. Fornecedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME	un.	1200	8,82
9	Xícara para chá, com pires, ambos em porcelana branca, capacidade mínima de 150ml. Marcas de referência: Brinox, Schimdt e Germer. Marca: SCHIMDT. Fornecedora: J4 SERVIÇOS E NEGÓCIOS MÚLTIPLOS EIRELI-ME	un.	1200	11,60

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

DATA DE ASSINATURA: 29 de agosto de 2017.

## EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

### COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

#### DOURADOS

#### RECOMENDAÇÃO N. 0005/2018/16PJ/DOS

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001552-0

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seus representantes que a esta subscrevem, em exercício perante a 16ª Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do gestor público desempenhar com zelo e presteza as funções que lhe foram incumbidas;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os gestores devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;



CONSIDERANDO que o princípio da legalidade envolve a sujeição do agente público e político não só à lei aplicável ao caso concreto, senão também ao regramento jurídico e aos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade para Administração Pública tem feições peculiares, pois, sua atuação resta condicionada ao que a lei determina, sendo permitido ao administrador público realizar somente aquelas condutas legalmente previstas, diferentemente do particular ao qual é garantido o direito de praticar condutas que a lei não proíbe;

CONSIDERANDO que neste particular, foi editada a Lei 8.429 de 02 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa, a qual trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de desonestidade no trato com a função pública, notadamente de enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e o atentado aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que chegou a conhecimento destes subscritores que candidatos aprovados em concurso público para o cargo de arte educador – gestor de ações institucionais, e que aguardam nomeação, foram preteridos em razão da contratação levada a efeito pela administração municipal por meio do Pregão Presencial 076/2017;

CONSIDERANDO que em análise ao edital 001/2016/FAPEMS, verifica-se que as atribuições do cargo respectivo foram descritas como sendo *"conhecimento da legislação referente à Política de Assistência Social, direitos socioassistenciais e legislações relacionadas aos direitos específicos (criança e adolescente, idosos, pessoas com deficiências, mulheres, dentre outros); planejar as ações em conformidade com a Política da Assistência Social; atuar em equipe interdisciplinar; contribuir com a execução dos serviços de fortalecimento de vínculos de criança, jovens. Garantir nas atividades desenvolvidas, espaços de sociabilidade e promoção dos valores. Desenvolver peças artísticas com crianças e adolescentes utilizando materiais recicláveis"*;

CONSIDERANDO que o pregão presencial 076/2017, do Município de Dourados teve por objeto *"contratação de empresa sem fins lucrativos, para prestação de serviços de aprendizagem cultural, desenvolvidas através de oficinas específicas, objetivando atender a Secretaria Municipal de Assistência Social"*;

CONSIDERANDO que em análise ao termo de referências de referido procedimento licitatório foi possível verificar que a contratação se destina ao fornecimento de mão de obra para a execução de atividades de aprendizagem cultural, sem prejuízo de pequena parcela destinada à aquisição de material para tanto;

CONSIDERANDO que tal onera a administração de forma desnecessária, em detrimento de candidatos aprovados que aguardam nomeação em concurso público, para exercer as funções ora repassadas a terceirizados;

CONSIDERANDO que a terceirização custará aos cofres públicos o valor de R\$ 230.280,00 (duzentos e trinta mil, duzentos e oitenta reais), pelo período de 12 (doze) meses, o que se traduz em R\$ 19.190,00 (dezenove mil, cento e noventa reais) mensais, valor este suficiente para o pagamento da remuneração de praticamente 05 (cinco) arte educadores efetivos, se considerado o salário previsto, de R\$ 3.878,02 (três mil oitocentos e setenta e oito reais e dois centavos);

CONSIDERANDO, portanto, que para além da violação aos princípios que regem a administração, a contratação poderá representar prejuízo aos cofres públicos;

CONSIDERANDO que a nomeação de candidatos para ocupar cargos efetivos se mostra deveras mais vantajoso, também, se considerada a natureza permanente do vínculo, que perdurará não só pelo período objeto de contratação, o que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades outras, não restritas ao contratado;

CONSIDERANDO que conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal *"o direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado em concurso vigente, surge quando comprovada a existência de vaga de exercício efetivo e constatada a contratação e terceirização das respectivas atribuições. Nesse sentido, entende-se que a contratação de terceiros, configura ato administrativo eivado de desvio de finalidade, implicando preterição ao direito do candidato aprovado no concurso público"*;

CONSIDERANDO que os Tribunais Superiores firmaram entendimento no sentido da configuração de ato de

improbidade em decorrência da contratação de profissionais sem observância da regra do concurso público, conforme se depreende dos julgados abaixo:

*CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO - CADASTRO RESERVA - CONTRATAÇÃO DE ADVOGADOS TERCEIRIZADOS EM DETRIMENTO DOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO - DIREITO À CONTRATAÇÃO - Conquanto seja lícita, em determinadas hipóteses, a terceirização na Administração Pública, é indubitável que as contratações de advogados terceirizados ocorreram em detrimento da admissão de candidatos aprovados no concurso público, sobretudo porque ocorreram quando ainda vigente o Edital do certame. Além disso, a contratação de escritórios particulares de advocacia corrobora a necessidade dos serviços e, via de consequência, a necessidade da nomeação dos aprovados. Assim sendo, não há dúvidas de que a conduta da Reclamada, consubstanciada na contratação de advogados terceirizados em detrimento dos aprovados no concurso público, viola princípios administrativos e constitucionais que regem a Administração Pública, insculpidos no artigo 37, caput, e inciso II, da Constituição da República. Agravo de Instrumento não provido."*

RECURSO DE REVISTA. CONCURSO PÚBLICO. CADASTRO DE RESERVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA. TERCEIRIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Na linha do entendimento do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Trabalhista, bem como do Superior Tribunal de Justiça, em observância aos princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência, o direito à contratação é assegurado no caso de preterição decorrente de terceirização de serviços especializados de advocacia, ocorrida no prazo de vigência de concurso público, em detrimento da admissão de candidatos aprovados para o emprego de advogado, os quais estão aguardando em cadastro de reserva. A contratação de serviço terceirizado, que se insere na competência da atividade objeto de concurso realizado, evidencia a necessidade do preenchimento de novas vagas com a contratação dos aprovados. Precedentes. Recurso de revista conhecido e a que se nega provimento.

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO PRINCIPIOLÓGICA DE CONHECIMENTO PALMAR. EXTENSÃO DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS CONTRATADOS. 1. "A jurisprudência do STJ dispensa o dolo específico para a configuração de improbidade por atentado aos princípios administrativos (art. 11 da Lei 8.429/1992), considerando bastante o dolo genérico (REsp. 654.721/MT, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, julgado em 25.8.2010, DJe 1.9.2010)." (AgRg no Ag1331116/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 01/03/2011, DJe 16/03/2011). 2. É de conhecimento palmar a violação principiológica consistente na contratação ou manutenção de servidores públicos sem a realização de concurso público. Não há como alegar desconhecimento da vedação constitucional para a contratação de servidores sem concurso público, mormente quando já passaram quase 24 anos de vigência da Carta Política. (Precedente: REsp 1.130.000/MG, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 22.6.2010, DJe 30.8.2010.) Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 149558 SP 2012/0028978-8, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/05/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/05/2012)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR SEM CONCURSO PÚBLICO. PRÁTICA DE ATO VIOLADOR DE PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. ARTIGO 11 DA LEI 8429/92. RECONHECIMENTO DE DOLO GENÉRICO. PENALIDADE APLICADA. PROPORCIONALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que não se pode confundir improbidade com simples ilegalidade. A improbidade é a ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. Assim, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92 é indispensável, para a caracterização de improbidade, que o agente tenha agido dolosamente e, ao menos, culposamente, nas hipóteses do artigo 10. 2. Os atos de improbidade administrativa descritos no artigo 11 da Lei nº 8429/92, como visto, dependem da presença do dolo genérico, mas dispensam a demonstração da ocorrência de dano para a Administração Pública ou enriquecimento ilícito do agente. 3. Na hipótese dos autos, o Tribunal a quo, embora tenha consignado que era prescindível a demonstração de dolo ou culpa do agente, reconheceu expressamente ser "flagrante a inobservância da regra de provimento dos cargos públicos por meio de concurso público, conforme previsto na Carta Magna, deve ser reconhecida a ilegalidade na contratação", daí porque não há que se falar na inexistência do elemento doloso. 4. No que concerne à apontada violação ao art. 12 da Lei 8429/92, a análise da pretensão recursal no sentido de que sanções aplicadas não observaram os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, com a consequente reversão do entendimento manifestado pelo Tribunal de origem, exige o reexame de matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 5. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1500812 SE 2014/0311577-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 21/05/2015, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/05/2015).

CONSIDERANDO que, conforme se depreende da leitura dos julgados acima transcritos, a contratação de profissionais terceirizados se mostra suficiente à comprovação da necessidade da administração, a ensejar a nomeação de candidatos aprovados em concurso público;

CONSIDERANDO que a questão relativa à preterição de candidatos aprovados em concurso público já é objeto de ação civil pública proposta pelo *Parquet*, assim como de diversas reclamações que constantemente chegam a conhecimento desta promotoria de justiça de defesa do patrimônio público e social, sem prejuízo de inúmeros mandados de segurança propostos pela via individual;

CONSIDERANDO que tal situação representa grave violação não só aos preceitos que regem a administração pública, como também à confiança depositada na atual administração municipal, pelos munícipes;

CONSIDERANDO que conforme súmula 473, do Supremo Tribunal Federal, *"a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"*;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de evitar a ocorrência de irregularidades de maior monta, oportunizando-se aos gestores a resolução extrajudicial do conflito;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência, RECOMENDAR, à Prefeita Municipal Délia Godoy Razuk e ao Secretário Municipal de Assistência Social, Landmark Ferreira Rios, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para sua responsabilização, notadamente o ingresso de ação civil por ato de improbidade administrativa, que:

promovam, a imediata a anulação do contrato oriundo do Pregão Presencial nº 076/2017, com a nomeação de candidatos aprovados em concurso público em número suficiente para o desenvolvimento das ações contratadas através daquele ato;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Poder Legislativo Municipal, para ciência e eventuais providências cabíveis, e também para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 25 de maio de 2018.

RICARDO ROTUNNO  
Promotor de Justiça

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

**RECOMENDAÇÃO N. 0005/2018/16PJ/DOS**

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001552-0

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seus representantes que a esta subscrevem, em exercício perante a 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do gestor público desempenhar com zelo e presteza as funções que lhe foram incumbidas;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os gestores devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade envolve a sujeição do agente público e político não só à lei aplicável ao caso concreto, senão também ao regramento jurídico e aos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade para Administração Pública tem feições peculiares, pois, sua atuação resta condicionada ao que a lei determina, sendo permitido ao administrador público realizar somente aquelas condutas legalmente previstas, diferentemente do particular ao qual é garantido o direito de praticar condutas que a lei não proíbe;

CONSIDERANDO que neste particular, foi editada a Lei 8.429 de 02 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa, a qual trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de desonestidade no trato com a função pública, notadamente de enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e o atentado aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que chegou a conhecimento destes subscritores que candidatos aprovados em concurso público para o cargo de arte educador – gestor de ações institucionais, e que aguardam nomeação, foram preteridos em razão da contratação levada a efeito pela administração municipal por meio do Pregão Presencial 076/2017;

CONSIDERANDO que em análise ao edital 001/2016/FAPEMS, verifica-se que as atribuições do cargo respectivo foram descritas como sendo *"conhecimento da legislação referente à Política de Assistência Social, direitos socioassistenciais e legislações relacionadas aos direitos específicos (criança e adolescente, idosos, pessoas com deficiências, mulheres, dentre outros); planejar as ações em conformidade com a Política da Assistência Social; atuar em equipe interdisciplinar; contribuir com a execução dos serviços de fortalecimento de vínculos de criança, jovens. Garantir nas atividades desenvolvidas, espaços de sociabilidade e promoção dos valores. Desenvolver peças artísticas com crianças e adolescentes utilizando materiais recicláveis"*;

CONSIDERANDO que o pregão presencial 076/2017, do Município de Dourados teve por objeto *"contratação de empresa sem fins lucrativos, para prestação de serviços de aprendizagem cultural, desenvolvidas através de oficinas específicas, objetivando atender a Secretaria Municipal de Assistência Social"*;

CONSIDERANDO que em análise ao termo de referências de referido procedimento licitatório foi possível verificar que a contratação se destina ao fornecimento de mão de obra para a execução de atividades de aprendizagem cultural, sem prejuízo de pequena parcela destinada à aquisição de material para tanto;

CONSIDERANDO que tal onera a administração de forma desnecessária, em detrimento de candidatos aprovados que aguardam nomeação em concurso público, para exercer as funções ora repassadas a terceirizados;

CONSIDERANDO que a terceirização custará aos cofres públicos o valor de R\$ 230.280,00 (duzentos e trinta mil, duzentos e oitenta reais), pelo período de 12 (doze) meses, o que se traduz em R\$ 19.190,00 (dezenove mil, cento e noventa reais) mensais, valor este suficiente para o pagamento da remuneração de praticamente 05 (cinco) arte educadores efetivos, se considerado o salário previsto, de R\$ 3.878,02 (três mil oitocentos e setenta e oito reais e dois centavos);

CONSIDERANDO, portanto, que para além da violação aos princípios que regem a administração, a contratação poderá representar prejuízo aos cofres públicos;

CONSIDERANDO que a nomeação de candidatos para ocupar cargos efetivos se mostra deveras mais vantajoso, também, se considerada a natureza permanente do vínculo, que perdurará não só pelo período objeto de contratação, o que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades outras, não restritas ao contratado;

CONSIDERANDO que conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal "*o direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado em concurso vigente, surge quando comprovada a existência de vaga de exercício efetivo e constatada a contratação e terceirização das respectivas atribuições. Nesse sentido, entende-se que a contratação de terceiros, configura ato administrativo eivado de desvio de finalidade, implicando preterição ao direito do candidato aprovado no concurso público*";

CONSIDERANDO que os Tribunais Superiores firmaram entendimento no sentido da configuração de ato de improbidade em decorrência da contratação de profissionais sem observância da regra do concurso público, conforme se depreende dos julgados abaixo:

*CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO - CADASTRO RESERVA - CONTRATAÇÃO DE ADVOGADOS TERCEIRIZADOS EM DETRIMENTO DOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO - DIREITO À CONTRATAÇÃO - Conquanto seja lícita, em determinadas hipóteses, a terceirização na Administração Pública, é indubitável que as contratações de advogados terceirizados ocorreram em detrimento da admissão de candidatos aprovados no concurso público, sobretudo porque ocorreram quando ainda vigente o Edital do certame. Além disso, a contratação de escritórios particulares de advocacia corrobora a necessidade dos serviços e, via de consequência, a necessidade da nomeação dos aprovados. Assim sendo, não há dúvidas de que a conduta da Reclamada, consubstanciada na contratação de advogados terceirizados em detrimento dos aprovados no concurso público, viola princípios administrativos e constitucionais que regem a Administração Pública, insculpidos no artigo 37, caput, e inciso II, da Constituição da República. Agravo de Instrumento não provido."*

RECURSO DE REVISTA. CONCURSO PÚBLICO. CADASTRO DE RESERVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA. TERCEIRIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Na linha do entendimento do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Trabalhista, bem como do Superior Tribunal de Justiça, em observância aos princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência, o direito à contratação é assegurado no caso de preterição decorrente de terceirização de serviços especializados de advocacia, ocorrida no prazo de vigência de concurso público, em detrimento da admissão de candidatos aprovados para o emprego de advogado, os quais estão aguardando em cadastro de reserva. A contratação de serviço terceirizado, que se insere na competência da atividade objeto de concurso realizado, evidencia a necessidade do preenchimento de novas vagas com a contratação dos aprovados. Precedentes. Recurso de revista conhecido e a que se nega provimento.

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO PRINCIPOLÓGICA DE CONHECIMENTO PALMAR. EXTENSÃO DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS CONTRATADOS. 1. "A jurisprudência do STJ dispensa o dolo específico para a configuração de improbidade por atentado aos princípios administrativos (art. 11 da Lei 8.429/1992), considerando bastante o dolo genérico (EREsp. 654.721/MT, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, julgado em 25.8.2010, DJe 1.9.2010)." (AgRg no Ag1331116/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 01/03/2011, DJe 16/03/2011). 2. É de conhecimento palmar a violação principiológica consistente na contratação ou manutenção de servidores públicos sem a realização de concurso público. Não há como alegar desconhecimento da vedação constitucional para a contratação de servidores sem concurso público, mormente quando já passaram quase 24 anos de vigência da Carta Política. (Precedente: REsp 1.130.000/MG, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 22.6.2010, DJe 30.8.2010.) Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 149558 SP 2012/0028978-8, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/05/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/05/2012)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR SEM CONCURSO PÚBLICO. PRÁTICA DE ATO VIOLADOR DE PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. ARTIGO 11 DA LEI 8429/92. RECONHECIMENTO DE DOLO GENÉRICO. PENALIDADE APLICADA. PROPORCIONALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que não se pode confundir improbidade com simples ilegalidade. A improbidade é a ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. Assim, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92 é indispensável, para a caracterização de improbidade, que o agente tenha agido dolosamente e, ao menos, culposamente, nas hipóteses do artigo 10. 2. Os atos de improbidade administrativa descritos no artigo 11 da Lei nº 8429/92, como visto, dependem da presença do dolo genérico, mas dispensam a demonstração da ocorrência de dano para a Administração Pública ou enriquecimento ilícito do agente. 3. Na hipótese dos autos, o Tribunal a quo, embora tenha consignado que era prescindível a demonstração de dolo ou culpa do agente, reconheceu expressamente ser "flagrante a inobservância da regra de provimento dos cargos públicos por meio de concurso público, conforme previsto na Carta Magna, deve ser reconhecida a ilegalidade na contratação", daí porque não há que se falar na inexistência do elemento doloso. 4. No que concerne à apontada violação ao art. 12 da Lei 8429/92, a análise da pretensão recursal no sentido de que sanções aplicadas não observaram os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, com a consequente reversão do entendimento manifestado pelo Tribunal de origem, exige o reexame de matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 5. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1500812 SE 2014/0311577-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 21/05/2015, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/05/2015).

CONSIDERANDO que, conforme se depreende da leitura dos julgados acima transcritos, a contratação de profissionais terceirizados se mostra suficiente à comprovação da necessidade da administração, a ensejar a nomeação de candidatos aprovados em concurso público;

CONSIDERANDO que a questão relativa à preterição de candidatos aprovados em concurso público já é objeto de ação civil pública proposta pelo *Parquet*, assim como de diversas reclamações que constantemente chegam a conhecimento desta promotoria de justiça de defesa do patrimônio público e social, sem prejuízo de inúmeros mandados de segurança propostos pela via individual;

CONSIDERANDO que tal situação representa grave violação não só aos preceitos que regem a administração pública, como também à confiança depositada na atual administração municipal, pelos munícipes;

CONSIDERANDO que conforme súmula 473, do Supremo Tribunal Federal, *"a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"*;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de evitar a ocorrência de irregularidades de maior monta, oportunizando-se aos gestores a resolução extrajudicial do conflito;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência, RECOMENDAR, à Prefeitura Municipal Délia Godoy Razuk e ao Secretário Municipal de Assistência Social, Landmark Ferreira Rios, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para sua responsabilização, notadamente o ingresso de ação civil por ato de improbidade administrativa, que:

promovam, a imediata a anulação do contrato oriundo do Pregão Presencial nº 076/2017, com a nomeação de candidatos aprovados em concurso público em número suficiente para o desenvolvimento das ações contratadas através daquele ato;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Poder Legislativo Municipal, para ciência e eventuais providências cabíveis, e também para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 25 de maio de 2018.

RICARDO ROTUNNO  
Promotor de Justiça

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR  
Promotor de Justiça

### **RECOMENDAÇÃO N. 0005/2018/16PJ/DOS**

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00001552-0

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seus representantes que a esta subscrevem, em exercício perante a 16º Promotor de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

CONSIDERANDO que a Resolução 015/2007 dispõe em seu artigo 5º que “a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que é dever do gestor público desempenhar com zelo e presteza as funções que lhe foram incumbidas;

CONSIDERANDO que, independente da esfera, União, Estados, Distrito Federal ou Município, os gestores devem observar os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressamente previstos no artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade envolve a sujeição do agente público e político não só à lei aplicável ao caso concreto, senão também ao regramento jurídico e aos princípios constitucionais que regem a atuação administrativa;

CONSIDERANDO que o princípio da legalidade para Administração Pública tem feições peculiares, pois, sua atuação resta condicionada ao que a lei determina, sendo permitido ao administrador público realizar somente aquelas condutas legalmente previstas, diferentemente do particular ao qual é garantido o direito de praticar condutas que a lei não proíbe;

CONSIDERANDO que neste particular, foi editada a Lei 8.429 de 02 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa, a qual trata das sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de desonestidade no trato com a função pública, notadamente de enriquecimento ilícito, o prejuízo ao erário e o atentado aos princípios da Administração Pública;

CONSIDERANDO que chegou a conhecimento destes subscritores que candidatos aprovados em concurso público para o cargo de arte educador – gestor de ações institucionais, e que aguardam nomeação, foram preteridos em razão da contratação levada a efeito pela administração municipal por meio do Pregão Presencial 076/2017;

CONSIDERANDO que em análise ao edital 001/2016/FAPEMS, verifica-se que as atribuições do cargo respectivo foram descritas como sendo *"conhecimento da legislação referente à Política de Assistência Social, direitos socioassistenciais e legislações relacionadas aos direitos específicos (criança e adolescente, idosos, pessoas com deficiências, mulheres, dentre outros); planejar as ações em conformidade com a Política da Assistência Social; atuar em equipe interdisciplinar; contribuir com a execução dos serviços de fortalecimento de vínculos de criança, jovens. Garantir nas atividades desenvolvidas, espaços de sociabilidade e promoção dos valores. Desenvolver peças artísticas com crianças e adolescentes utilizando materiais recicláveis"*;

CONSIDERANDO que o pregão presencial 076/2017, do Município de Dourados teve por objeto *"contratação de empresa sem fins lucrativos, para prestação de serviços de aprendizagem cultural, desenvolvidas através de oficinas específicas, objetivando atender a Secretaria Municipal de Assistência Social"*;

CONSIDERANDO que em análise ao termo de referências de referido procedimento licitatório foi possível verificar que a contratação se destina ao fornecimento de mão de obra para a execução de atividades de aprendizagem cultural, sem prejuízo de pequena parcela destinada à aquisição de material para tanto;

CONSIDERANDO que tal onera a administração de forma desnecessária, em detrimento de candidatos aprovados que aguardam nomeação em concurso público, para exercer as funções ora repassadas a terceirizados;

CONSIDERANDO que a terceirização custará aos cofres públicos o valor de R\$ 230.280,00 (duzentos e trinta mil, duzentos e oitenta reais), pelo período de 12 (doze) meses, o que se traduz em R\$ 19.190,00 (dezenove mil, cento e noventa reais) mensais, valor este suficiente para o pagamento da remuneração de praticamente 05 (cinco) arte educadores efetivos, se considerado o salário previsto, de R\$ 3.878,02 (três mil oitocentos e setenta e oito reais e dois centavos);

CONSIDERANDO, portanto, que para além da violação aos princípios que regem a administração, a contratação poderá representar prejuízo aos cofres públicos;

CONSIDERANDO que a nomeação de candidatos para ocupar cargos efetivos se mostra deveras mais vantajoso, também, se considerada a natureza permanente do vínculo, que perdurará não só pelo período objeto de contratação, o que possibilita o desenvolvimento de diversas atividades outras, não restritas ao contratado;

CONSIDERANDO que conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal *"o direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado em concurso vigente, surge quando comprovada a existência de vaga de exercício efetivo e constatada a contratação e terceirização das respectivas atribuições. Nesse sentido, entende-se que a contratação de terceiros, configura ato administrativo eivado de desvio de finalidade, implicando preterição ao direito do candidato aprovado no concurso público"*;

CONSIDERANDO que os Tribunais Superiores firmaram entendimento no sentido da configuração de ato de improbidade em decorrência da contratação de profissionais sem observância da regra do concurso público, conforme se depreende dos julgados abaixo:

*CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO - CADASTRO RESERVA - CONTRATAÇÃO DE ADVOGADOS TERCEIRIZADOS EM DETRIMENTO DOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO - DIREITO À CONTRATAÇÃO - Conquanto seja lícita, em determinadas hipóteses, a terceirização na Administração Pública, é indubitável que as contratações de advogados terceirizados ocorreram em detrimento da admissão de candidatos aprovados no concurso público, sobretudo porque ocorreram quando ainda vigente o Edital do certame. Além disso, a contratação de escritórios particulares de advocacia corrobora a necessidade dos serviços e, via de consequência, a necessidade da nomeação dos aprovados. Assim sendo, não há dúvidas de que a conduta da Reclamada, consubstanciada na contratação de advogados terceirizados em detrimento dos aprovados no concurso público, viola princípios administrativos e constitucionais que regem a Administração Pública, insculpidos no artigo 37, caput, e inciso II, da Constituição da República. Agravo de Instrumento não provido."*

RECURSO DE REVISTA. CONCURSO PÚBLICO. CADASTRO DE RESERVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ADVOCACIA. TERCEIRIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. Na linha do



entendimento do Supremo Tribunal Federal e desta Corte Trabalhista, bem como do Superior Tribunal de Justiça, em observância aos princípios da legalidade, da moralidade e da eficiência, o direito à contratação é assegurado no caso de preterição decorrente de terceirização de serviços especializados de advocacia, ocorrida no prazo de vigência de concurso público, em detrimento da admissão de candidatos aprovados para o emprego de advogado, os quais estão aguardando em cadastro de reserva. A contratação de serviço terceirizado, que se insere na competência da atividade objeto de concurso realizado, evidencia a necessidade do preenchimento de novas vagas com a contratação dos aprovados. Precedentes. Recurso de revista conhecido e a que se nega provimento.

ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EM CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO PRINCIPOLÓGICA DE CONHECIMENTO PALMAR. EXTENSÃO DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA AOS CONTRATADOS. 1. "A jurisprudência do STJ dispensa o dolo específico para a configuração de improbidade por atentado aos princípios administrativos (art. 11 da Lei 8.429/1992), considerando bastante o dolo genérico (EREsp. 654.721/MT, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, julgado em 25.8.2010, DJe 1.9.2010)." (AgRg no Ag1331116/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 01/03/2011, DJe 16/03/2011). 2. É de conhecimento palmar a violação principiológica consistente na contratação ou manutenção de servidores públicos sem a realização de concurso público. Não há como alegar desconhecimento da vedação constitucional para a contratação de servidores sem concurso público, mormente quando já passaram quase 24 anos de vigência da Carta Política. (Precedente: REsp 1.130.000/MG, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 22.6.2010, DJe 30.8.2010.) Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 149558 SP 2012/0028978-8, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 17/05/2012, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/05/2012)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR SEM CONCURSO PÚBLICO. PRÁTICA DE ATO VIOLADOR DE PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS. ARTIGO 11 DA LEI 8429/92. RECONHECIMENTO DE DOLO GENÉRICO. PENALIDADE APLICADA. PROPORCIONALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO E PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que não se pode confundir improbidade com simples ilegalidade. A improbidade é a ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. Assim, para a tipificação das condutas descritas nos artigos 9º e 11 da Lei 8.429/92 é indispensável, para a caracterização de improbidade, que o agente tenha agido dolosamente e, ao menos, culposamente, nas hipóteses do artigo 10. 2. Os atos de improbidade administrativa descritos no artigo 11 da Lei nº 8429/92, como visto, dependem da presença do dolo genérico, mas dispensam a demonstração da ocorrência de dano para a Administração Pública ou enriquecimento ilícito do agente. 3. Na hipótese dos autos, o Tribunal a quo, embora tenha consignado que era prescindível a demonstração de dolo ou culpa do agente, reconheceu expressamente ser "flagrante a inobservância da regra de provimento dos cargos públicos por meio de concurso público, conforme previsto na Carta Magna, deve ser reconhecida a ilegalidade na contratação", daí porque não há que se falar na inexistência do elemento doloso. 4. No que concerne à apontada violação ao art. 12 da Lei 8429/92, a análise da pretensão recursal no sentido de que sanções aplicadas não observaram os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, com a consequente reversão do entendimento manifestado pelo Tribunal de origem, exige o reexame de matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 5. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp: 1500812 SE 2014/0311577-0, Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Data de Julgamento: 21/05/2015, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/05/2015).

CONSIDERANDO que, conforme se depreende da leitura dos julgados acima transcritos, a contratação de profissionais terceirizados se mostra suficiente à comprovação da necessidade da administração, a ensejar a nomeação de candidatos aprovados em concurso público;

CONSIDERANDO que a questão relativa à preterição de candidatos aprovados em concurso público já é objeto de ação civil pública proposta pelo *Parquet*, assim como de diversas reclamações que constantemente chegam a conhecimento desta promotoria de justiça de defesa do patrimônio público e social, sem prejuízo de inúmeros mandados de segurança propostos pela via individual;

CONSIDERANDO que tal situação representa grave violação não só aos preceitos que regem a administração pública, como também à confiança depositada na atual administração municipal, pelos munícipes;

CONSIDERANDO que conforme súmula 473, do Supremo Tribunal Federal, "*a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-*

*los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”;*

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de evitar a ocorrência de irregularidades de maior monta, oportunizando-se aos gestores a resolução extrajudicial do conflito;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, moralidade e eficiência, RECOMENDAR, à Prefeita Municipal Délia Godoy Razuk e ao Secretário Municipal de Assistência Social, Landmark Ferreira Rios, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para sua responsabilização, notadamente o ingresso de ação civil por ato de improbidade administrativa, que:

promovam, a imediata a anulação do contrato oriundo do Pregão Presencial nº 076/2017, com a nomeação de candidatos aprovados em concurso público em número suficiente para o desenvolvimento das ações contratadas através daquele ato;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao patrimônio público e social de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se as autoridades acolherão ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, serem adotadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Por fim, encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Poder Legislativo Municipal, para ciência e eventuais providências cabíveis, e também para publicação no DOMP/MS.

Dourados, 25 de maio de 2018.

RICARDO ROTUNNO

Promotor de Justiça

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

#### **EDITAL N. 0009/2018/17PJ/DOS**

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00001993-7

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido(s): Alisson Leonardo Dias.

Assunto: Fiscalização de eventual irregularidade na eleição de Alisson Leonardo Dias para atuar como Conselheiro Tutelar durante o quadriênio 2016/2019 no município de Dourados/MS.

Dourados/MS, 28 de maio de 2018.

LUIZ GUSTAVO CAMACHO TERÇARIOL

Promotor de Justiça

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**IGUATEMI**

---

**EDITAL Nº 012/2018**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00001463-1

Requerente: IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Requerido: AGESUL – Agência Estadual de Gerenciamento de Empreendimentos.

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental (voçoroca) na Rodovia Estadual MS 180, em Iguatemi/MS, no trecho compreendido entre o Km 74 e 76, e viabilizar sua integral reparação.

Iguatemi, 28 de maio de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça.

---

**PARANAÍBA**

---

**EDITAL Nº 016/2018**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva n.º 215, Jardim Santa Mônica.

Inquérito Civil n.º 06.2018.00001530-8

Requerente: Arthur Luiz Pádua Marques.

Requerido: Município de Paranaíba.

Assunto: Aferir se a área em que será construído o aterro sanitário está dentro das exigências legais de distância mínima necessária de nascentes, rios e zona urbana do município de Paranaíba-MS.

Paranaíba, 25 de maio de 2018.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

---

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL Nº 0062/2018/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00001677-3, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2018.00001677-3

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Neila Alves da Silva Gomes e Paulo Cesar Gomes

Assunto: Acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial objetivando regularizar a inscrição da propriedade rural denominada Estância Flor de Maio no Cadastro Ambiental Rural, bem como recuperar e compensar os danos ambientais ocorridos em referido imóvel

Ponta Porã/MS, 29 de maio de 2018

GISLEINE DAL BÓ

Promotora de Justiça – *Em Substituição Legal*

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**PEDRO GOMES**

---

**EDITAL Nº 0004/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001207-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001207-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Paulo Edson de Oliveira Ramos.

Assunto: apurar eventual prática de crime ambiental por parte de Paulo Edson de Oliveira Ramos conforme Laudo de Constatação nº. 22747.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0005/2018/PJ/PDG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001209-9, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001209-9.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais apontados no Auto de Infração nº. 23633 e Laudo de Constatação nº. 22738, em tese praticados por Genivaldo Santana da Silva, em razão do desmatamento de 2 (dois) hectares sem a devida licença ou autorização ambiental.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0006/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001370-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001370-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar a falta de regulamentação jurídica para os serviços de Vigilância Sanitária Municipal.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0007/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001391-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001391-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar a deficiência na disponibilização do sistema de coleta de esgoto por rede no Município de Pedro Gomes.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0008/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001390-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001390-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual omissão do Poder Executivo Municipal na manutenção e má qualidade da recuperação da malha asfáltica do Município de Pedro Gomes/MS.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0009/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001388-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001388-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar suposta omissão do Senhor Airton Ruy Cicerelli Fernandes em adotar as providências necessárias ao isolamento da área de preservação permanente de sua propriedade rural, denominada Fazenda Recreio, e regularização da represa junto ao IMASUL, objeto da Notificação n. 00385.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0010/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001387-6, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001387-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa do Secretário Municipal de Saúde, na locação de veículo Microônibus, ano 2005, da empresa Gelson Divino da Silva - ME, para Transporte de pacientes ao Município de Campo Grande/MS (Contrato n. 12/2013).

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0011/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001384-3, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001384-3.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar supostas irregularidades na concessão de subvenções sociais pelo Município de Pedro Gomes/MS.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0012/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001382-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001382-1.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado, em tese, por Rhanna Brito Honorato, tendo em vista a suposta incompatibilidade de horários entre o cargo público de enfermeira exercido neste município e o emprego de enfermeira junto à CCR/MS.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0013/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001381-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001381-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, consubstanciado no uso indevido de veículos oficiais por servidores do Município de Pedro Gomes/MS.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0014/2018/PJ/PDG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001371-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001371-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa praticado pela Secretária Municipal de Saúde, em razão dos relatos de suposta perseguição a servidor público municipal e omissão na adoção das medidas necessárias à resolução de diversas irregularidades na área da saúde do Município de Pedro Gomes.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0015/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001372-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001372-1.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar a suposta prática de Nepotismo na Administração Municipal.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0016/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001374-3, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001374-3.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual omissão dos agentes de saúde e/ou de outros agentes públicos no episódio que vitimou a infante O. E. E. S.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR  
Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0017/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001375-4, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001375-4.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar a farra de atestados médicos de servidores do Município de Pedro Gomes.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR  
Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0018/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001376-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001376-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual omissão e comportamento incompatível com a função de Conselheira Tutelar de Simarcia Evangelista da Silva.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR  
Promotor de Justiça em Substituição Legal



**EDITAL Nº 0019/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001377-6, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001377-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no fornecimento de alimentos à Casa de Acolhimento de Pedro Gomes, principalmente a periodicidade de fornecimento e à adequação dos bens ao objeto da licitação realizada para tal finalidade.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0020/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001378-7, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001378-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, em virtude do abuso na atividade de abordagem da Polícia Militar aos adolescentes no Município de Pedro Gomes, especialmente aos policiais militares Lindomar, Alfredo e Nunes.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0021/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001379-8, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001379-8.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual descumprimento das normas referentes à emissão de sons e ruídos por parte dos bares localizados na Vila Santo Antônio, neste município de Pedro Gomes.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0022/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001380-0, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001380-0.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar a conduta do Secretário de Assistência Social do Município, e a aplicação de verbas municipais em eventos privados, bem como a possível apropriação indébita de numerário que deveria ser revertido a entidade de interesse social.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0023/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001392-1, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001392-1.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual ilegalidade do pagamento de gratificação sem rubricada aos servidores públicos do Poder Executivo do Município de Pedro Gomes/MS.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0024/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001394-3, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001394-3.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventual desmatamento ilegal, consistente no corte de diversas árvores de várias espécies (piúva, jatobá e angico), além do corte de uma árvore da espécie aroeira, bem como danos ambientais nas áreas de reserva legal e de preservação permanente (margens do Córrego Cafá), sem autorização do órgão ambiental, na Fazenda Nova Esperança do Município de Pedro Gomes.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0025/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001396-5, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001396-5.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar o cumprimento do reajuste do piso salarial nacional dos professores para o ano de 2015, conforme previsto na Lei n. 11.738/2008.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0026/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001399-8, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001399-8.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Visando apurar desmatamento ilegal, a corte raso, de 220,00 hectares de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental, na Fazenda denominada São João, neste Município.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0027/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001404-2, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001404-2.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar a realização de diversos saques das contas poupança e corrente dos clientes do Banco Bradesco cadastrados no município de Pedro Gomes, sem prévia autorização e conhecimento, por funcionária terceirizada do posto de atendimento do referido banco nesta cidade.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 0028/2018/PJ/PDG.**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2018.00001406-4, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja nº. 395, Centro. Inquérito Civil nº 06.2018.00001406-4.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerida: A apurar.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades nos gastos com publicidade institucional realizados pela Prefeitura Municipal de Pedro Gomes, no período de 2009 a 2011, envolvendo empresas de comunicação da região.

Pedro Gomes/MS, 28 de maio de 2018.

**GILBERTO CARLOS ALTHEMAN JÚNIOR**

Promotor de Justiça em Substituição Legal